



Mini-glossário da Educação para as Relações Étnico- Raciais e para as Relações de Gênero

Educação, Interculturalidade
e Formação Docente

Marcelo Spitzner
(Organizador)

thesis editora
científica



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica.

Copyright do texto © 2026 Organização e autores.

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pela Organização e autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica.

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien., Organização e autores.

Revisão: Organização e autores.



Licença Creative Commons

Mini-glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

O manuscrito foi previamente submetido à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovado para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-86-7

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br



CONSELHO EDITORIAL

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário César de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126
Elisabete Soares de Santana – lattes.cnpq.br/1149505575311414
Thiago Santos Borges – lattes.cnpq.br/4495115911159968
Alessandra Souza dos Santos – lattes.cnpq.br/5313671194713784
Mateus Henrique Dias Guimarães – lattes.cnpq.br/7137001589681910
Emelyn Glorys Herasme Henríquez – lattes.cnpq.br/7314295633439757
George Luiz Nérís Caetano – lattes.cnpq.br/0598052051026256

2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica.

Copyright do texto © 2026 Organização e autores.

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Ed. Cien. pela Organização e autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica.

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien., Organização e autores.

Revisão: Organização e autores.

Catálogo na Publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M665

Mini-glossário da educação para as relações étnico-raciais e para as relações de gênero / Organização e Apresentação de Marcelo Spitzner; Prefácio de Rafaela Habib Souza Aquime. – Teresina-PI: Thesis Editora Científica, 2026.

Autores: Aline dos Santos Bezerra, Allina Tainá dos Santos Lobo, Ana Karolina Damas da Costa, Andréia Souza de Oliveira, Andreza Magalhães das Neves, Anne Jurema de Sousa, Antonia Silvestre do Nascimento Maia, Antonio Cesar Abreu Dias, Bruno Vulcão Batista, Dalvina Conceição da Silva, Dayane Emanuelle Leite Santos Melo (In Memoriam), Débora da Silva Barros, Diana Eva Oliveira Gonçalves, Diego Rodrigues Macedo, Diemerson da Silva Ribeiro, Edileia Figueiredo da Costa, Elionay Mota Santos, Elizane Gonçalves Miranda, Ellen Costa Rodrigues, Fernanda Gabriela da Costa Barbosa, Flavianne Santos Serrão Almada, Francisca Veloso da Silva Pinto, Francidalva Oliveira Matos, Francinete Oliveira Matos, Gisele Machado Mendes, Gislayne Carvalho Pires, Glaucielly Fonseca Padre, Gleiciane Tavares de Oliveira, Joice de Oliveira Rodrigues, Josué de Lima Carvalho, Juliete Machado Mendes Silva, Jusiele dos Santos Moreira, Kléria Laisa Cuimar Ramos, Larissa Lourinho Santana, Laynara Plablina R. da Silva, Leonardo Pereira Monteiro, Letícia Pereira Monteiro, Lisonete da Silva Lira, Loana Farias da Silva, Luzinete de Souza Pantoja, Marcelo Spitzner, Maria Joselia Mendes das Chagas, Maria Josilene Mendes das Chagas, Maria Matilde da Silva e Silva, Maria Michelle Lima da Silva de Oliveira, Maria Miquele Silva Ferreira, Maria Nilda Santana da Silva, Maria Roseli Félix de Souza, Marinete de Araujo Pantoja, Marizabeth da Silva Lira, Marlene de Nazaré da Silva Gonzaga, Mayara Corrêa dos Santos, Michelle do Nascimento Sampaio, Michelly Conceição Cardoso, Patricia Gois Moreira, Rafaela Habib Souza Aquime, Renata Silva Cunha, Renilson da Silva Maia, Rudilardson Pinto (In Memoriam), Ruth de Jesus Ramos, Suzianne Silva Tavares, Valquíria Alves de Araújo.

Livro em PDF

ISBN 978-65-83199-86-7

1. Relações étnico-raciais - Educação - Glossários. 2. Relações de gênero - Educação - Glossários. 3. Diversidade na educação. I. Spitzner, Marcelo (Organização e Apresentação). II. Aquime, Rafaela (Prefácio). III. Título.

CDD 370.117

Índice para catálogo sistemático

I. Relações étnico-raciais - Educação - Glossários

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

MINI-GLOSSÁRIO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Marcelo Spitzner

Sumário

Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero - Prefácio.....	8
Educação, Interculturalidade e Formação Docente: Tecendo Saberes no Mini-Glossário de Relações Étnico-Raciais e de Gênero	12
1. Introdução e Contexto Geopolítico de Produção	12
2. O Cenário Crítico Pandêmico: Biopolítica, Necropolítica e Resistência Pedagógica	14
3. Em Memória de Dayane Emanuelle Leite Santos Melo: Homenagem e Dedicatória	15
4. Bases Teóricas e Matrizes Epistemológicas	15
4.1. Interculturalidade Crítica, Direitos Humanos e Justiça Cognitiva	15
4.2. Epistemologias Negras, Escrivência e Desmistificação da Democracia Racial ..	16
4.3. Estudos de Gênero, Teoria Queer e Performatividade	17
4.4. Avanços Normativos, Desafios Curriculares e Ações Afirmativas	17
5. Propósito Pedagógico e Alcance na Formação Docente	18
6. Um Convite ao Início: Limites, Humildade Epistêmica e Horizontes	19
Referências Bibliográficas	19
Referência Audiovisual.....	20
1. ABDIAS DO NASCIMENTO	21
2. AÇÃO (ÕES) AFIRMATIVA(S).....	22
3. BINARISMO DE GÊNERO	24
4. BRANQUITUDE	25
5. COLONIALIDADE.....	26
6. COLONIALIDADE DO PODER	27
7. CULTURA	29
8. DALTONISMO CULTURAL	30
9. DARWINISMO SOCIAL	31
10. DESCOLONIZAÇÃO E DECOLONIALIDADE	32
11. DESIGUALDADE.....	34
12. ECOLOGIA DOS SABERES	35
13. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	36
14. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL	37
15. EMPODERAMENTO	39
16. ESCRIVÊNCIA.....	40
17. ESTUDOS DE GÊNERO.....	41
18. ETNIA.....	42

19. EURO-USA-CENTRISMO.....	43
20. FEMINISMO(S).....	45
21. GLOBALIZAÇÕES.....	46
22. HOMOFOBIA (LGBTQIA+FOBIA).....	47
23. HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL.....	48
24. IDENTIDADE	49
25. IDENTIDADE CULTURAL	51
26. IDENTIDADE DE GÊNERO	52
27. IDEOLOGIA	53
28. IGUALDADE DE GÊNERO	54
29. IGUALDADE E DIFERENÇA.....	55
30. IGUALDADE RACIAL	57
31. INTERCULTURALIDADE	58
32. INTERSECCIONALIDADE	59
33. INTRACULTURALIDADE	60
34. JUDITH BUTLER.....	61
35. JUSTIÇA COGNITIVA.....	62
36. KABENGELE MUNANGA	64
37. LEI Nº 10.639/2003	65
38. LEI Nº 11.645/2008	66
39. LÉLIA GONZALEZ.....	67
40. LETRAMENTO INDÍGENA.....	68
41. LUGAR DE FALA	69
42. MICHEL FOUCAULT	70
43. MULTICULTURALISMO.....	71
44. NECROPOLÍTICA	73
45. NEGRITUDE.....	74
46. PEDAGOGIA QUEER	75
47. POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO	76
48. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	77
49. RAÇA	78
50. RACISMO	79
51. RACISMO ESTRUTURAL.....	80
52. RELAÇÕES DE GÊNERO	82
53. RELATIVISMO CULTURAL	83
54. SEXUALIDADE.....	84
55. SORORIDADE.....	85
56. SUBALTERNIDADE	86
57. SUELI CARNEIRO	87

58. TANATOPOLÍTICA.....	88
59. TEORIA QUEER.....	89
60. TRADUÇÃO INTERCULTURAL	90
61. UNIVERSALISMO	92
62. VIOLÊNCIA.....	93
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	95

Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero - Prefácio

Rafaele Habib Souza Aquime – Universidade Federal do Pará (UFPA)¹

“Só a luta muda a vida” é um lema conhecido dos movimentos sociais, como do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e essa luta é transdisciplinar, revolucionária, e se efetiva na pluralidade democrática, na diversidade transgressora e na produção da diferença que nos constitui subjetivamente em um eterno devir. Nesse sentido, a educação, como força política freireana, é a transformação do mundo em colaboração, uma dialógica intercultural, sociohistórica, contracolonial e permanentemente viva enquanto (co) criação humana.

Quando apresentamos este mini-glossário, estamos manejando-o como um dispositivo, o qual assume uma construção discursiva permeada de definições e regimes narrativos sobre o que se diz, se faz e se afirma politicamente. Ele assume posições que enunciam e ensejam existência livres, diversas, interseccionais e subversivas.

Além disso, buscamos promover reflexões situadas territorialmente nas amazônias, transversalizando epistemologias contracoloniais ao trazer a baila saberes por vezes silenciados pelos epistemicídios, mas que se (re) conectam pelas resistências operadas por nós, amazônidas, e sobretudo por mulheres negras, quilombolas, ribeirinhas, indígenas e camponesas, que ousam existir e dizer não a monocultura da expropriação, degradação e exploração violenta da terra. Aprendemos com o ecofeminismo que somos corpos-territórios, estamos uno ao meio ambiente, e quando nossos corpos se integram a cosmologia dos saberes ancestrais como visão ética de si e do mundo produzimos o cuidado ecológico.

¹ Professora Adjunta II da Universidade Federal do Pará (UFPA) campus Abaetetuba, na Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS). Coordenadora do Curso de Pedagogia na FAECS- UFPA. Pós-Doutora, Doutora e Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordena o Projeto de Pesquisa Psicologia Social e da Educação: convivência escolar comunitária, meio ambiente e territórios amazônicos. Líder do Grupo no CNPQ: "Conviver nas Amazônias: Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Convivência Escolar, Territorialidades e Memórias"

Um glossário é também uma ferramenta de letramento antirracional, antimisógina e antifascista, pois tensiona, desnaturaliza, problematiza e deixa um lastro pedagógico que caminha ao lado das contra-hegemonias transversais. O objetivo é, portanto, seguir pulsando nessa energia, somando aos interlocutores teóricos que em suas conversações nos mobilizam a questionar o *status quo* de uma sociedade estruturalmente desigual e permeada de opressões.

Essa obra é construída a muitas mãos, resultado de pesquisas desenvolvidas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagem. Cultura e Formação Docente na Universidade Federal Rural da Amazônia, em Tomé-Açu, elaborado colaborativamente pelas (os) discentes e docente da disciplina Estudo das Relações Étnico-Raciais e de Gênero.

Tomé-Açu, aliás, é um município do nordeste paraense, localizado em uma região comumente conhecida pela produção maciça em dendeicultura e agropecuária, mas também onde se concentra a agricultura familiar e a tecnologia do Sistema Agroflorestal (SAF) como propulsores da economia local. O SAF foi originalmente idealizado pela população ribeirinha e nativa.

Em solos tomeaçuenses defendemos a valorização das territorialidades materiais e imateriais, da memória coletiva que preserva a visão Abya Yala de terra viva e comum, e das riquezas étnicas dos Tembé, Anambé, Turiwara, Amanayé e Tenetehara, em detrimento da racionalidade eurocêntrica da branquitude que destrói as nossas águas e florestas, nossos bens comuns. Não somos recursos, não somos meios para o lucro do capital, somos parte constituinte de uma mesma matriz terrestre, pois nos tornamos húmus interdependentes, como nos assevera Donna Haraway (2023).

Nesse aspecto, os verbetes aqui explicitados são um convite a ação, pois somos afectados segundo Gilles Deleuze nos encontros corpo a corpo, e desejamos que esta obra suscite as potências de vida desses encontros (Machado, 2009), que as práticas discursivas operem pelas diferenças nos currículos moventes dos Projetos Político-Pedagógicos na educação básica. É um convite assim a provocação de fissuras ao que está instituído, dado, cristalizado e desterritorializado, para que

possamos mapear aberturas, incluir novos sabores e na dialógica da educação ousar a falar sem interditos seguindo Gayatri Spivak (2010).

No campo da sexualidade, estranhemos as normalizações, rompemos com os binarismos, com as fixações identitárias e apostamos na perspectiva pós-identitária, na heterogeneidade subjetiva, e reconhecemos a pedagogia *queer* como uma via para a promoção de uma educação verdadeiramente emancipatória. Somos sujeitos de direitos e sujeitos de desejos. As afetividades-sexuais não podem ser naturalizadas em normatizações verticalizantes, já que é um caminho propício para a LGBTQIA+fobia. Pelo contrário, precisamos interrogar tais rótulos e propor o acolhimento as sexualidades dissidentes, adentrando na esfera da saúde mental coletiva, já que compreendemos que o processo de saúde mental está intrinsecamente relacionada a conjuntura social, cultural e política, não sendo apenas uma esfera individual. Portanto, as práticas de cuidado se coletivizam e assumem uma significância que não é acessória, mas central quando almejamos fortalecer uma educação intercultural, de bem-estar, e acessível a todas as pessoas.

Em nossos cotidianos como educadores e educadoras disputamos politicamente nossos papéis nesse contexto, e assim podemos atuar para descortinar as artimanhas das colonialidades do saber, poder e ser, as quais almejam frear as potencialidades das diferenciações, e estabelecer novas engrenagens e deslocamentos por meio do fazer crítico, colaborativo e intersetorial.

Judith Butler, Michel Foucault, Vera Candau, Abdias do Nascimento, Maria Aparecida Silva Bento, Achille Mbembe, Aníbal Quijano, Antônio Bispo dos Santos, Stuart Hall, Paulo Freire, Sueli Carneiro, Joan Scott, Guacira Louro, bell hooks e Lélia Gonzalez são intercessores (as) âncoras para a elaboração deste glossário, e realizamos torções e leituras em rede de suas análises para estarmos mais próximos das nossas realidades concretas e dar conta das complexidades na articulação entre teoria e práxis pedagógica no âmbito educacional. Uma boa leitura a todas, todes e todos!

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1 Edições, 2023. [\[1\]](#), [\[2\]](#)

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a Arte e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Educação, Interculturalidade e Formação Docente: Tecendo Saberes no Mini-Glossário de Relações Étnico- Raciais e de Gênero

Marcelo Spitzner – Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)²

Resumo: Este artigo apresenta o *Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero*, construído coletivamente como produto pedagógico e científico no âmbito da disciplina homônima, integrante do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Linguagem, Cultura e Formação Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) – Campus Tomé-Açu. Trata-se de uma obra introdutória que visa subsidiar a formação inicial e continuada de estudantes e educadoras(es) na articulação entre teoria e prática pedagógica antirracista, antissexista e intercultural no ambiente escolar. Registra-se e contextualiza-se o ciclo de formação transcorrido inteiramente em ambiente remoto durante o colapso sanitário da COVID-19, destacando a resistência acadêmica, o compromisso social da universidade pública e a justa homenagem à memória da discente Dayane Emanuelle Leite Santos Melo.

Palavras-chave: Formação Docente; Relações Étnico-Raciais; Relações de Gênero; Interculturalidade; Necropolítica.

1. Introdução e Contexto Geopolítico de Produção

A construção de uma prática pedagógica comprometida com a justiça social, cognitiva e humana exige das instituições de ensino superior um constante exercício de reexistência e inovação curricular. É nesse horizonte transformador que nasce o *Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero*, elaborado colaborativamente pelas(os) discentes e docente da disciplina vinculada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Linguagem, Cultura e Formação Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) – Campus Tomé-Açu.

A gestação desta obra a partir do território amazônico de Tomé-Açu imprime-lhe uma marca geopolítica e epistemológica singular: pensar a linguagem, a cultura e a docência a partir das margens e das vivências plurais que caracterizam a região. Esta perspectiva territorial conecta-se diretamente com o imperativo de visibilizar narrativas e memórias ancestrais historicamente silenciadas. Como nos ensina a professora e escritora afro-indígena Noélia da Silva Miranda de Araújo (2018), o ato

² Docente da Universidade Federal Rural da Amazônica, Doutor em Literatura (UFSC), organizador e revisor do *Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero* enquanto professor do Curso de Especialização em Linguagem, Cultura e Formação Docente, da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Tomé-Açu.

de narrar a si e resgatar a memória familiar constitui um movimento indissociável da práxis política:

Como iniciar falando de minhas experiências, sem falar de meus ancestrais? Acredito que é impossível fazer esse recorte de algo relevante no qual forja o que sou e o que selecionei manter na minha narrativa de vida. [...] Essa herança guerreira e de dor não nos assombram, mas nos dá força de continuar caminhando na luta contra as injustiças sociais, principalmente as violências contra as mulheres negras e indígenas, somos sobreviventes. (Araújo, 2018, p. 187-188).

A reflexão de Araújo (2018) evidencia que o resgate da memória ancestral não se reduz a um mero inventário do passado, mas constitui uma ferramenta metodológica e política de sustentação da vida no presente. Ao assumirem a condição de sobreviventes, as narrativas marginais desestabilizam o apagamento histórico e reposicionam a docência como um espaço de luta, pertença e afirmação identitária.

Em estreita consonância com esse entendimento, recorre-se à conceituação antropológica de cultura proposta por Roberto DaMatta (2011, p. 34), que a define como "o modo total de vida de um povo, o mapa pelo qual os indivíduos orientam suas condutas e interpretam a sua própria realidade social". Ao conceber a cultura como uma teia viva e dinâmica de significados, compreende-se que as práticas educativas na Amazônia demandam esquemas interpretativos que respeitem a complexidade dos sujeitos que habitam esse território.

Ademais, a motivação metodológica para a confecção deste material dialoga diretamente com as inquietações propostas pela Profa. Dra. Vera Maria Candau no audiovisual *Abecedário da Educação e da Interculturalidade*. Ao percorrer as letras do alfabeto para tensionar conceitos centrais do campo educacional, Candau (2020) demonstra que a linguagem e a conceituação não são neutras; são ferramentas de intervenção no mundo e de desconstrução de hegemonias. Estimuladas(os) por essa práxis dialógica e inventiva, as(os) pós-graduandas(os) assumiram o desafio de cartografar e conceituar 62 termos fundamentais para a compreensão contemporânea da diversidade humana e do combate às discriminações no cotidiano escolar.

2. O Cenário Crítico Pandêmico: Biopolítica, Necropolítica e Resistência Pedagógica

A trajetória deste curso esteve atravessada de maneira profunda e ineludível pelo evento histórico e estarrecedor da pandemia da COVID-19. Todo o percurso formativo da Especialização teve de ocorrer de forma remota, estruturado por meio de aulas virtuais síncronas, plataformas digitais e estudos dirigidos. As interações humanas, os debates pedagógicos e as partilhas de afeto deram-se através das telas, de modo que a turma só pôde se encontrar presencialmente em seu momento de encerramento.

Para além do desafio de adaptação às tecnologias de comunicação, é preciso registrar que a incidência do vírus no território nacional não ocorreu em um vácuo social, mas incidiu de forma terrivelmente desigual sobre os corpos mais vulneráveis — populações negras, indígenas, periféricas, ribeirinhas e trabalhadoras informais —, escancarando e aprofundando os abismos do racismo e do sexismo estruturais.

Do ponto de vista teórico, a pandemia colocou em cena os dispositivos da biopolítica, conceito formulado por Michel Foucault (1999) para descrever a gestão do poder estatal sobre a vida, a saúde e a regulação das populações. No entanto, no cenário brasileiro, a biopolítica converteu-se de forma explícita naquilo que Achille Mbembe (2018) conceitua como necropolítica: o exercício do poder soberano não para ditar quem "deve viver", mas para gerir e ditar quem "pode morrer", produzindo "zonas de morte" e enquadrando determinados grupos sociais como corpos descartáveis.

Articulada à necropolítica, manifestou-se uma verdadeira tanatopolítica — a política orientada para a produção intencional da morte e do desamparo. O país esteve sob a gestão de um governo abertamente negacionista, racista e misógino, encabeçado por Jair Bolsonaro. A recusa sistemática em adotar políticas sanitárias baseadas na ciência, o atraso deliberado na compra de vacinas, a promoção de medicamentos ineficazes, o desdém pelo luto das famílias brasileiras e o desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e das redes de proteção social constituíram uma estratégia de estado. Essa orquestração do desamparo afetou desproporcionalmente os sujeitos marginalizados, para quem o isolamento social era inviabilizado pela precarização do trabalho e pela ausência de saneamento e renda básica digna. É sob

este pano de fundo de trauma coletivo, luto e violência governamental que esta pós-graduação se afirmou como um ato de insurgência epistêmica e política, contrapondo o afeto, a ciência e a memória à barbárie institucionalizada.

3. Em Memória de Dayane Emanuelle Leite Santos Melo: Homenagem e Dedicatória

Em meio às perdas irrecuperáveis produzidas por esse contexto de negligência sanitária e tanatopolítica, esta obra carrega uma marca inseparável de saudade e reverência. Destacamos com profundo afeto e dor a memória de nossa colega Dayane Emanuelle Leite Santos Melo.

Dayane integrou ativamente o curso e prestou uma contribuição generosa ao *Mini-Glossário* ao elaborar o verbete sobre *Relações de Gênero* — tema estruturante para a desconstrução das opressões patriarcais e para a promoção da equidade social. Lamentavelmente, Dayane não pôde concluir o curso e ver a materialização impressa desta obra, pois foi vitimada fatalmente pela COVID-19.

A ela dedicamos este trabalho. A perda de Dayane não se reduz a uma estatística da pandemia; trata-se de uma memória viva que reafirma cotidianamente a urgência ética de defender uma educação pública, gratuita, antirracista, antissexista e intransigentemente comprometida com a preservação da vida humana.

4. Bases Teóricas e Matrizes Epistemológicas

O arcabouço conceitual que sustenta o *Mini-Glossário* foi articulado ao longo do plano de ensino e da ementa da disciplina, amparando-se em leituras densas e interdisciplinares que navegam pelas confluências dos Estudos Decoloniais, do Feminismo Negro, da Teoria Queer, da Pedagogia Antirracista e da Educação Intercultural.

4.1. Interculturalidade Crítica, Direitos Humanos e Justiça Cognitiva

Fundamentado nos aportes de Vera Maria Candau, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, o glossário problematiza o "daltonismo cultural", a "colonialidade do poder, do saber e do ser" e a urgência de uma "ecologia dos saberes" pautada

pela "justiça cognitiva". As discussões ressaltam a necessidade de tensionar a histórica dicotomia entre igualdade e diferença no campo escolar. Como adverte Candau (2008), a superação de propostas meramente assimilacionistas exige o reconhecimento da dialética das identidades:

Devemos reivindicar a igualdade quando a nossa diferença nos inferioriza; e a diferença quando a nossa igualdade nos descaracteriza. (Candau, 2008, p. 49).

Essa formulação-síntese da interculturalidade crítica lembra que a igualdade e a diferença não são polos aniquiladores, mas princípios complementares de garantia da dignidade humana. Na prática educativa, romper com o assimilacionismo exige a construção de currículos escolares que não anulem as especificidades culturais dos sujeitos sob o pretexto de uma universalidade abstrata e monocultural.

4.2. Epistemologias Negras, Escrivência e Desmistificação da Democracia Racial

A ancoragem nos pensamentos de Abdias do Nascimento (com a formulação do Quilombismo), Lélia Gonzalez (com as categorias de Amefricanidade e Pretuguês), Sueli Carneiro (com as noções de Epistemicídio e Enegrecer o Feminismo), Kabengele Munanga, Cida Bento (Pacto da Branquitude) e Conceição Evaristo propicia o desmantelamento da ideologia da democracia racial e do racismo estrutural. Incorpora-se aqui, com centralidade, a categoria de *Escrivência*. Sobre a força libertadora desse registro frente às exigências normativas tradicionais, Araújo (2018) pontua:

Escrever não é uma tarefa fácil, mas quando escrevemos o que vivemos isso se torna muito prazeroso, sabendo que a fluidez do texto ultrapassa as regras ortográficas e a necessidade da decência de concordâncias às vezes, um tanto insignificativa com suas normativas de uma língua dita 'cult'. (Araújo, 2018, p. 187).

A análise de Araújo desvela como o rigor acadêmico tradicional muitas vezes operou como filtro de exclusão e mecanismo de silenciamento de vozes subalternizadas. Ao legitimarem a experiência vivida como fonte de conhecimento rigoroso e científico, as Epistemologias Negras autorizam novas(os) pesquisadoras(es) e docentes a ocuparem a escrita sem abrir mão de suas marcas culturais e orais.

4.3. Estudos de Gênero, Teoria Queer e Performatividade

A desnaturalização do binarismo de gênero, da heteronormatividade e da cisnormatividade assenta-se nas teorizações de Judith Butler, Guacira Lopes Louro e nos desdobramentos da Pedagogia Queer. Como elucida Sara Salih (2015) ao examinar a proposta butleriana, desconstruir as certezas da matriz heterossexual exige interpelar os próprios instrumentos da linguagem:

Seria inconsistente para Butler contestar as normas de gênero, que ela afirma ser construídas e mediadas linguisticamente, sem contestar também a própria linguagem e a gramática nas quais essas normas são instituídas. [...] A linguagem que Butler utiliza é parte dessa estratégia política, e é evidente que seu estilo de escrita é estrategicamente e deliberadamente desafiador, e não um sintoma de uma mente confusa. (Salih, 2015, p. 25).

Compreende-se, portanto, que o combate às opressões patriarcais e LGBTQIA+fóbicas na educação passa incontornavelmente pela disputa dos termos e conceitos. A desestabilização das normas gramaticais e conceituais vigentes atua como um gesto político para abrir fissuras nas estruturas de dominação que naturalizam a exclusão dos corpos dissidentes.

4.4. Avanços Normativos, Desafios Curriculares e Ações Afirmativas

A obra explicita o papel histórico da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, bem como do Estatuto da Igualdade Racial e das Ações Afirmativas, compreendendo tais mecanismos como conquistas reparatórias do Movimento Negro e dos Povos Indígenas. Analisando os gargalos dessa transição no chão da escola, Renata Figueiredo Moraes (2015) observa:

A efetivação das leis antirracistas na escola pública tensiona a colonialidade do saber ao exigir a descontinuidade de um currículo oculto eurocêntrico que historicamente secundarizou ou folclorizou as matrizes africanas e indígena. (Moraes, 2015, p. 242).

A ponderação de Moraes (2015) reforça que a promulgação de normativas jurídicas representa apenas o primeiro passo no combate ao racismo institucionalizado. O desafio substantivo consiste na descolonização diária dos conteúdos e materiais didáticos, exigindo das(os) educadoras(es) postura crítica diante de abordagens que confinam o patrimônio afro-indígena a episódios folclóricos ou a papéis subalternos.

5. Propósito Pedagógico e Alcance na Formação Docente

Este *Mini-Glossário* busca subsidiar a prática pedagógica de professoras(es) e futuras(os) educadoras(es) que enfrentam o desafio cotidiano de integrar as diretrizes antirracistas e antissexistas aos seus planos de ensino e Projetos Político-Pedagógicos. Por vezes, boas intenções pedagógicas esbarram na insegurança conceitual ou no receio de abordar temas considerados "sensíveis".

Diante do imperativo ético da diversidade, o espaço escolar não pode refugiar-se em uma neutralidade ingênua. Como pondera Kabengele Munanga (2005, p. 15), "superar o racismo na escola exige desconstruir a ideologia do branqueamento e os estereótipos presentes nos conteúdos e nas práticas pedagógicas, promovendo o resgate da autoestima dos estudantes negros".

Essa transformação intencional do ambiente escolar ganha contornos concretos quando combinada ao letramento literário e ao protagonismo de narrativas afro-indígenas. Demonstrando a força dessa abordagem na Educação Básica, Araújo (2018) relata o impacto pedagógico de resgatar lideranças históricas como a princesa guerreira Zacimba Gaba:

Trazer essa narrativa movimentou minha vida para uma luta maior que eu imaginava, que é defender o direito do aprendizado e conhecimentos por meio da literatura infantil afro-indígena e africana. Busco nas literaturas os protagonismos dos negros, negras e indígenas, potencializando nas crianças elementos que acendam a fogueira da curiosidade, do interesse, do gosto pelo que ouve e principalmente do orgulho e sentimento de pertença. (Araújo, 2018, p. 193).

O depoimento da autora explicita o poder emancipatório de uma práxis fundamentada na representatividade e no pertencimento. Quando a escola oferece referenciais positivos de resistência e intelectualidade negra e indígena, rompe-se com a espiral da inferiorização e constrói-se um ambiente em que todas as crianças podem reconhecer sua própria dignidade histórica. O *Mini-Glossário* atua, assim, como uma mediação pedagógica ágil para operacionalizar conceitos cruciais — como *Ação Afirmativa*, *Lugar de Fala*, *Escrivivência*, *Necropolítica*, *Pedagogia Queer* e *Tradução Intercultural*.

6. Um Convite ao Início: Limites, Humildade Epistêmica e Horizontes

É de suma importância reafirmar o caráter introdutório e a humildade epistêmica desta obra. Trata-se de um mini-glossário pedagógico que sintetiza 62 conceitos fundamentais, sem qualquer pretensão de esgotar o vasto campo dicionarístico ou substituir obras de referência consagradas.

Reconhecemos com reverência os empreendimentos enciclopédicos de grande fôlego da literatura brasileira, como os organizados por Flávia Rios, Marcio André dos Santos e Alex Ratts, ou por Gabriela Dutra de Carvalho, Marisalva Fávero, Valéria Gomes e Vera Márcia Marques Santos. O valor deste trabalho reside na sua condição de ponto de partida pedagógico: uma construção coletiva de discentes em formação pós-graduada que, mesmo enfrentando as incertezas, o luto e o isolamento da pandemia, empenharam-se em sistematizar uma ferramenta útil para o letramento racial e de gênero.

Atuar na educação exige o comprometimento com o "pensar certo", no sentido consagrado por Paulo Freire: exige atitude investigativa, rigor teórico, afeto e coragem para descolonizar currículos. Esperamos que esta obra instigue o debate e fortaleça a práxis de todas e todos que lutam por uma escola pública democrática, plural, justa e pautada pelo respeito incondicional à vida humana.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda de. Escrevivências de uma professora afroindígena. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v. 3, n. 5, p. 187-197, jan./jun. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans:

diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade.

Texto & Contexto - Enfermagem, v. 27, n. 2, p. 1-10, 2018.

DAMATTA, Roberto. **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 53, p. 239-263, jan./jun. 2015.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Referência Audiovisual

ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau. Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exam>

1. ABDIAS DO NASCIMENTO

Juliete Machado Mendes

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Abdias do Nascimento (1914–2011) foi um dos mais expressivos intelectuais, artistas, políticos e ativistas dos direitos humanos e da causa afro-brasileira no século XX. Nascido em Franca, interior de São Paulo, em berço humilde, sua infância foi profundamente marcada pelas memórias vivas do pós-Abolição e por episódios cotidianos de violência racial e segregação. Essa experiência empírica com o preconceito racial impulsionou sua decisão de dedicar integralmente sua trajetória à denúncia do racismo estrutural e à afirmação da dignidade e da cultura negra no Brasil e no mundo.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A contribuição intelectual de Abdias do Nascimento é vasta e perpassa as artes cênicas, as artes plásticas, a literatura e o parlamento brasileiro. Em 1944, fundou no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro (TEN), iniciativa pioneira que combateu a prática do *blackface* e promoveu a valorização do ator e da dramaturga negra no país. Nos anos subsequentes, liderou a organização da Convenção Nacional do Negro (1945–1946) e do 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950). Perseguido pela ditadura militar brasileira, exilou-se em 1968 nos Estados Unidos e na Nigéria, onde atuou como professor universitário e articulou-se com lideranças do Pan-Africanismo internacional.

Aprofundamento Crítico e Quilombismo: Teoricamente, Abdias formulou o conceito de *Quilombismo*, definindo-o como uma ideologia e uma práxis de libertação afro-brasileira pautada nas experiências de resistência dos quilombos. Para o autor, o quilombo não era apenas um fato histórico encerrado no passado, mas uma categoria política e cultural permanente de reorganização social, comunitarismo e autodeterminação das populações negras. Ao retornar do exílio nos anos 1980, tornou-se o primeiro Deputado Federal negro a focar expressamente seu mandato na luta antirracista, sendo também Senador e Secretário de Estado no Rio de Janeiro.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo pedagógico, o legado de Abdias do Nascimento é vetor fundamental para a implementação da Lei nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

Raciais. Suas obras artísticas e políticas oferecem subsídios para que a escola supere a visão eurocêntrica e integre a história de resistência e a produção intelectual afro-brasileira nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Sandra. *Abdias do Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: ensaios sobre uma alternativa político-afrobrasileira*. 3. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ORAB EDITORA, 2019.
- SOUZA, Rivamberg Virgulino de. Abdias do Nascimento: uma vida dedicada à história dos povos negros no Brasil (1914-1944). In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12., 2013, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UFC, 2013. p. 1571-1582.

2. AÇÃO (ÕES) AFIRMATIVA(S)

Luzinete de Souza Pantoja

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A expressão "ações afirmativas" (originada do inglês *affirmative action*) emergiu no contexto das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos durante a década de 1960. No Brasil, o conceito foi assimilado e ressignificado pelos movimentos sociais negros e indígenas, ganhando centralidade nas políticas públicas a partir da Conferência Mundial contra o Racismo promovida pela ONU em Durban (2001). Trata-se de um conjunto de medidas redistributivas e reconhecedoras voltadas a corrigir assimetrias históricas acumuladas por grupos marginalizados.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme leciona Vera Maria Candau, as ações afirmativas constituem políticas públicas focalizadas que visam favorecer setores sociais historicamente discriminados ou inferiorizados em arenas cruciais como a educação, a saúde e o mercado de trabalho. No ensino superior, manifestam-se precipuamente por meio do sistema de cotas sociais e raciais para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. A fundamentação jurídica dessas medidas assenta-se no princípio constitucional da equidade (igualdade material ou substantiva), segundo o qual se deve tratar

desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades para alcançar a igualdade real.

Aprofundamento Crítico e Legislação: A consolidação legal desse instrumento no Brasil deu-se com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), ratificada e considerada plenamente constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 186. Contudo, analistas críticos ressaltam que, embora nascidas sob o horizonte liberal de garantia de igualdade de oportunidades, as ações afirmativas não podem se restringir à mera reserva de vagas na entrada das universidades. Elas exigem a transformação das próprias estruturas institucionais e o combate contínuo às barreiras simbólicas de exclusão.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No âmbito educacional, a plena efetivação das ações afirmativas requer a formulação de políticas abrangentes de permanência estudantil (apoio socioeconômico, moradia e alimentação) articuladas à revisão epistemológica dos currículos. A presença de corpos e saberes pretos, indígenas e populares no ambiente universitário tensiona o eurocentrismo acadêmico e promove a democratização do conhecimento.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. São Paulo: Ática, 2002.
- BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

3. BINARISMO DE GÊNERO

Maria Miquele Silva Ferreira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O binarismo de gênero designa o sistema sociocultural e ideológico de classificação humana que reduz e organiza os indivíduos em duas categorias opostas, mutuamente exclusivas e universalizantes: masculino/homem e feminino/mulher. Essa matriz ocidental assenta-se na pressuposição falaciosa de que o sexo biológico determina de forma linear e inescapável a identidade de gênero, a expressão social e o desejo afeto-sexual dos sujeitos.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Sob o prisma da filosofia pós-estruturalista e da Teoria Queer, Judith Butler desconstruiu rigorosamente a dicotomia biológico/social, demonstrando que não apenas o gênero, mas o próprio "sexo" é uma construção discursiva e cultural historicamente produzida. Butler conceitua a heteronormatividade compulsória como um regime de poder que exige a coerência anatômica, de gênero e de desejo, rotulando de "abjetas" ou "anormais" todas as vivências que escapam aos limites binários estabelecidos.

Aprofundamento Crítico e Colonialidade: Em uma perspectiva complementar e decolonial, a teórica María Lugones demonstra que o binarismo hierárquico de gênero não é universal, mas foi brutalmente imposto aos povos colonizados das Américas e da África através do sistema colonial moderno. A imposição da cosmovisão cristã e eurocêntrica apagou cosmologias indígenas e africanas que reconheciam multiplicidades de gêneros e arranjos sociais não patriarcais. O binarismo atua, assim, como uma engrenagem de controle dos corpos, legitimando a dominação masculina e a violência contra pessoas transgênero, não-binárias e intersexo.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No ambiente escolar, desconstruir o binarismo de gênero implica desnaturalizar a divisão rígida de espaços, brinquedos, uniformes e atividades com base no sexo. Exige a adoção de posturas pedagógicas inclusivas que acolham o uso do nome social e garantam um espaço livre de transfobia e de discriminação contra a diversidade de corpos e identidades.

Referências Bibliográficas:

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

4. BRANQUITUDE

Marlene de Nazaré da Silva Gonzaga

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Os Estudos Críticos da Branquitude emergiram no campo das ciências humanas com o propósito de deslocar o foco das investigações sobre relações raciais. Tradicionalmente, o "problema racial" era associado de forma exclusiva às populações negras e indígenas. O conceito de branquitude visa desvelar e problematizar a identidade branca não como um padrão neutro ou universal de humanidade, mas como uma posição estrutural de poder e privilégio simbólico e material na sociedade.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme aponta Vera Maria Candau, a branquitude opera historicamente por meio de um silenciamento e de uma naturalização da identidade branca. Ao se colocar como o sujeito universal, a pessoa branca desfruta de vantagens materiais (acesso prioritário a empregos, renda e cargos de liderança) e simbólicas (representação positiva na mídia, literatura e ciência) sem necessitar refletir sobre como a sua cor garante tais facilidades. Lourenço Cardoso e Cida Bento sistematizam que a branquitude se divide em dimensões críticas (quando o sujeito branco reconhece a estrutura de dominação e atua contra ela) e acríticas (quando se beneficia da estrutura e nega a existência do racismo).

Aprofundamento Crítico e Pacto da Branquitude: Cida Bento formula a teoria do "Pacto Narcísico da Branquitude", definindo-o como um acordo tácito e não dito entre brancos para proteger seus pares e perpetuar a ocupação exclusiva de postos de privilégio e poder. Esse pacto preserva a hegemonia branca nas instituições públicas e privadas, promovendo a autopreservação do grupo e a exclusão sistemática de profissionais negros e indígenas sob o disfarce da "meritocracia".

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação antirracista, o estudo da branquitude é indispensável para que educadores e alunos brancos reconheçam seu lugar na estrutura racial do país. A escola deve propiciar espaços para a desconstrução da neutralidade branca no currículo, convocando sujeitos brancos a assumirem compromissos éticos e práticos no desmonte das desigualdades raciais e do racismo institucional.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32, n. 1, p. 1-22, 2010.
- SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

5. COLONIALIDADE

Dalvina Conceição da Silva

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de colonialidade foi desenvolvido no final da década de 1990 pelo grupo de pesquisa latino-americano Modernidade/Colonialidade (composto por teóricos como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Catherine Walsh). O termo fundamenta-se na premissa de que a modernidade ocidental é indissociável da colonialidade, constituindo duas faces da mesma moeda histórica iniciada com a conquista das Américas em 1492.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: É crucial distinguir *colonialismo* de *colonialidade*. Enquanto o colonialismo refere-se a um período histórico e administrativo no qual uma metrópole domina politicamente um território colonial, a colonialidade representa a matriz lógica de poder que sobrevive ao fim da administração colonial. Como ressalta Vera Maria Candau, a colonialidade manifesta-se através da dominação cultural, epistêmica e social, introjetando no imaginário coletivo a ideia de que os valores, conhecimentos e modos de vida eurocêntricos são

superiores e universais.

Aprofundamento Crítico e Resistência dos Povos: Como aponta o pensador quilombola Antonio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), o olhar colonialista é monocultural e focado na dominação dos territórios e das subjetividades. A colonialidade impõe uma classificação racial/étnica hierarquizada que inferioriza os saberes de povos indígenas, africanos e tradicionais, rebaixando-os à condição de superstição ou folclore. A decolonialidade emerge, assim, como uma práxis permanente de resistência e reconexão com cosmogonia e modos de vida ancestrais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo da práxis pedagógica, reconhecer a colonialidade implica identificar como os currículos escolares reproduzem a hegemonia euro-norte-americana na literatura, na ciência e na história. A educação intercultural crítica busca descolonizar a escola, promovendo o diálogo simétrico entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais populares.

Referências Bibliográficas:

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42.

6. COLONIALIDADE DO PODER

Michelly Conceição Cardoso

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A categoria "colonialidade do poder" foi formulada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano para descrever a estrutura de dominação global instaurada pela expansão colonial europeia. Essa matriz articula a

ideia sociológica de "raça" à exploração do trabalho capitalista mundial, estabelecendo uma hierarquia social permanente que codifica os povos dominados como biologicamente e culturalmente inferiores.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A colonialidade do poder opera em três eixos indissociáveis: a colonialidade do *poder* (controle da economia, do trabalho e da autoridade política), a colonialidade do *saber* (hegemonia da epistemologia eurocêntrica e aniquilação de outros sistemas de conhecimento) e a colonialidade do *ser* (desumanização do sujeito colonizado, cujos corpos são tornados descartáveis). Vera Maria Candau enfatiza que essa engrenagem permanece atuante, moldando a distribuição de recursos e os privilégios na contemporaneidade.

Aprofundamento Crítico e Análise Curricular: No contexto brasileiro, Moraes (2015) demonstra como a colonialidade do poder se materializou na omissão histórica das contribuições dos povos negros e indígenas nos materiais didáticos e nas narrativas de formação nacional. A invisibilização pedagógica e a perpetuação de estereótipos subalternizantes evidenciam a permanência do padrão colonial no interior do sistema educacional público e privado.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A desconstrução da colonialidade do poder na escola exige mais do que reformas superficiais: demanda a implementação rigorosa de marcos legais reformatórios, como a Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08. Cabe aos projetos político-pedagógicos reestruturar os conteúdos de História, Literatura e Ciências para valorizar as epistemologias afro-diaspóricas e ameríndias.

Referências Bibliográficas:

- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 53, p. 239-263, jan./jun. 2015.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

7. CULTURA

Francidalva Oliveira Matos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O vocábulo "cultura" deriva do latim *colere*, que originalmente significava cultivar a terra. Ao longo do desenvolvimento da antropologia e das ciências sociais nos séculos XIX e XX, o conceito migrou do sentido biológico para designar a totalidade das realizações materiais, simbólicas, linguísticas e espirituais produzidas pela humanidade em suas diferentes configurações sociais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau define cultura metaforicamente como "os óculos através dos quais olhamos a realidade", constituindo redes tecidas de significados e sentidos que orientam o sentir, o pensar e o agir humano. Rompendo com visões estáticas ou elitistas que associam cultura à instrução formal, Roberto DaMatta ressalta que cultura é o modo de vida total de uma sociedade ou grupo. Trata-se de um processo intrinsecamente dinâmico, histórico e heterogêneo, continuamente ressignificado nas interações cotidianas.

Aprofundamento Crítico e Estudos Culturais: Na perspectiva dos Estudos Culturais e de autores como Clifford Geertz e Stuart Hall, a cultura não é apenas um conjunto inofensivo de tradições, mas um campo de disputa simbólica e política no qual diferentes grupos sociais lutam pela imposição de significados. A hierarquização entre "alta cultura" e "cultura popular" reproduz assimetrias de classe e raça, devendo ser criticamente superada pela compreensão da pluralidade cultural.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Para a educação intercultural, a cultura deve ser trabalhada na escola longe de abordagens folclorizadas ou essencialistas. Os educadores precisam reconhecer a bagagem cultural trazida por estudantes periféricos, negros, indígenas e camponeses como conhecimentos legítimos, promovendo uma prática pedagógica dialógica e valorizadora da diversidade.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- DAMATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

8. DALTONISMO CULTURAL

Diana Eva Oliveira Gonçalves

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A metáfora do "daltonismo cultural" foi formulada pelos sociólogos da educação Stephen Stoer e Luiza Cortesão. O conceito inspira-se na célebre formulação de Boaventura de Sousa Santos, que conceitua o mundo contemporâneo como um "arco-íris de culturas". O daltonismo cultural descreve a condição de sujeitos e instituições que se mostram incapazes de enxergar a multiplicidade de cores desse arco-íris sociocultural.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme analisa Vera Maria Candau, o daltonismo cultural caracteriza-se pela insensibilidade ou cegueira consciente frente à pluralidade étnico-racial e cultural existente no tecido social. Educadores ou gestores "daltônicos culturais" sustentam o discurso de que tratam a todos os alunos exatamente da mesma forma, sob a premissa de uma neutralidade ilusória. Ao ignorar as especificidades, trajetórias e assimetrias que marcam os estudantes, essa postura acaba por naturalizar o padrão cultural dominante (branco, de classe média e eurocentrado).

Aprofundamento Crítico e Silenciamento Escolar: O daltonismo cultural não é uma mera atitude ingênua, mas uma estratégia de preservação da hegemonia cultural. Na dinâmica escolar, manifesta-se quando a diversidade cultural é tratada como um ruído, um obstáculo ou um problema a ser corrigido pela assimilação. Esse apagamento deliberado impede que conflitos raciais e de gênero emergentes no

cotidiano escolar sejam enfrentados com rigor pedagógico e responsabilidade social.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Superar o daltonismo cultural no ambiente escolar exige o desenvolvimento da sensibilidade pedagógica e da formação continuada em educação intercultural. Educadores devem ser capazes de enxergar as "cores" e especificidades das identidades de seus alunos, transformando a heterogeneidade da sala de aula em recurso pedagógico de enriquecimento mútuo.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. *Cadernos De Pesquisa*, 46(161), 802–820, 2016. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3455>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- STOER, Stephen R.; CORTESÃO, Luiza. *"Levantando a pedra": da pedagogia inter/multicultural à escola como espaço de reconfiguração de saberes*. Porto: Afrontamento, 1999.

9. DARWINISMO SOCIAL

Andréia Souza de Oliveira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O Darwinismo Social emergiu na segunda metade do século XIX, tendo como principal formulador o filósofo e sociólogo inglês Herbert Spencer. A teoria resultou da apropriação indevida, descontextualizada e ideológica dos conceitos da biologia evolucionista de Charles Darwin (como a seleção natural e a "sobrevivência do mais apto") aplicados de forma direta à explicação das sociedades humanas e das relações raciais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme analisa Bolsanello (1996), o Darwinismo Social defendeu a premissa racista de que os grupos humanos e raças encontravam-se em estágios desiguais de evolução biológica e social.

Classificou a civilização europeia branca no topo da escala evolutiva e os povos negros e indígenas nas posições inferiores. Essa pseudociência serviu como pilar ideológico legitimador do imperialismo europeu na África e na Ásia, do eugenismo e do capitalismo predatório do *laissez-faire*, argumentando que a miséria dos subalternizados era fruto de sua inferioridade natural.

Aprofundamento Crítico e Impacto no Brasil: No Brasil do final do século XIX e início do século XX, o Darwinismo Social influenciou profundamente intelectuais e médicos (como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna), que viam na mestiçagem uma causa de "degeneração nacional". Como apontam França e Silva (2018), essa ideologia impulsionou políticas estatais de branqueamento da população através do incentivo à imigração europeia e da marginalização ostensiva dos ex-escravizados no pós-Abolição.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No ensino de Ciências e História, desconstruir o Darwinismo Social é passo crucial para combater o determinismo biológico e o racismo científico que ainda ressoam no senso comum. A escola deve enfatizar a inexistência de raças sob a ótica genética e denunciar o uso histórico da ciência para legitimar opressões raciais e sociais.

Referências Bibliográficas:

- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico". *Educar em Revista*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.
- FRANÇA, Amanda; SILVA, Marcelo. O Darwinismo Social nas relações raciais no Brasil pós-abolicionista. *Revista de Estudos Raciais*, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

10. DESCOLONIZAÇÃO E DECOLONIALIDADE

Larissa Lourinho Santana

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Embora frequentemente empregados como sinônimos na linguagem corrente, os termos *descolonização* e *decolonialidade* guardam distinções epistemológicas e históricas fundamentais. O debate sobre essas

categorias intensificou-se nas ciências humanas latino-americanas a partir dos aportes da teoria crítica e do pensamento fronteiriço.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A *descolonização* refere-se precipuamente ao processo histórico, político, jurídico e territorial pelo qual antigas colônias conquistaram a independência formal em relação às metrópoles imperiais (como os processos de independência nas Américas nos séculos XVIII/XIX e na África e Ásia no século XX). Por sua vez, a *decolonialidade* (grafada sem o "s" para marcar o projeto latino-americano formulado por Catherine Walsh e Walter Mignolo) constitui uma práxis contínua de resistência, desobediência epistêmica e desconstrução da matriz colonial que sobreviveu à independência jurídica.

Aprofundamento Crítico e Práxis Decolonial: Como ressalta Vera Maria Candau, o fim da dominação colonial administrativa não significou o fim da colonialidade. A decolonialidade atua como uma postura ética, política e pedagógica permanente que questiona a hegemonia da modernidade ocidental e resgata memórias, línguas e cosmogonias silenciadas. Trata-se de dismantelar a lógica que rebaixa o que não se enquadra no padrão euro-norte-americano hegemônico.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação básica e superior, a pedagogia decolonial traduz-se na reestruturação das práticas de ensino. Exige questionar a centralidade do cânone acadêmico ocidental e introduzir autoras e autores negros, indígenas e latino-americanos no dia a dia da sala de aula, construindo pontes para a emancipação social e a justiça cognitiva.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287-324, 2008.

- WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

11. DESIGUALDADE

Anne Jurema de Sousa

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de desigualdade social remete às disparidades estruturais na distribuição de bens materiais, renda, poder, prestígio e direitos entre diferentes grupos no interior de uma sociedade. No Brasil, o princípio da igualdade formal é assegurado no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 ("todos são iguais perante a lei"), contudo a realidade concreta do país é marcada por profundas assimetrias históricas.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau caracteriza a busca pela igualdade como um "baluarte" do processo democrático, mas adverte que a desigualdade se manifesta criticamente quando a sociedade falha em transformar as diferenças humanas em valores positivos, convertendo-as em vantagens para uns e desvantagens para outros. Em interlocução com as ideias de Antônio Flávio Pierucci em sua obra clássica *Ciladas da Diferença*, problematiza-se a tensão entre a demanda por igualdade socioeconômica e a afirmação das identidades plurais.

Aprofundamento Crítico e Articulação Dialética: Pierucci questiona radicalmente: "Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes?". A análise sociológica contemporânea demonstra que igualdade e diferença não são termos opostos. A verdadeira antítese da igualdade é a *desigualdade* (campo socioeconômico de privação de direitos e recursos), ao passo que a antítese da diferença é a *padronização* ou a *homogeneização cultural*. O desafio democrático reside em combater a desigualdade garantindo o direito à diferença.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O papel do educador frente às desigualdades sociais e raciais é atuar como agente de transformação. A escola não pode ser reprodutora de injustiças; cabe-lhe adotar uma pedagogia antirracista e inclusiva que reconheça as especificidades de alunos periféricos e marginalizados, promovendo equidade de aprendizagem e oportunidades.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

12. ECOLOGIA DOS SABERES

Rudilardson Pinto

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A expressão "ecologia dos saberes" foi cunhada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos no âmbito da Epistemologia do Sul. O conceito nasce como uma crítica radical à "monocultura do saber e da ciência moderna", que historicamente desqualificou, invisibilizou e destruiu outras matrizes de conhecimento produzidas pelos povos do Sul global (processo conceituado como *epistemicídio*).

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme ressalta Vera Maria Candau, a ecologia dos saberes fundamenta-se no reconhecimento da infinita pluralidade de conhecimentos existentes no mundo e na premissa de que nenhum saber isolado possui respostas para a totalidade dos desafios humanos. A ecologia dos saberes contrapõe-se ao "pensamento abissal" e propõe a convivência pragmática e dialógica entre o conhecimento científico acadêmico e os saberes populares, tradicionais, artísticos, indígenas e afro-diaspóricos, sem hierarquizações a priori.

Aprofundamento Crítico e Emancipação Social: Boaventura de Sousa Santos argumenta que a ecologia dos saberes viabiliza práticas contra-hegemônicas e emancipatórias. Ao dar visibilidade às "ausências" (conhecimentos produzidos como

inexistentes pela ciência ocidental) e às "emergências" (alternativas futuras construídas no presente pelos movimentos sociais), a ecologia dos saberes fortalece a justiça cognitiva, condição indispensável para a justiça social.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação escolar, a ecologia dos saberes desestrutura a rigidez dos currículos positivistas. Permite que mestres da tradição oral, saberes comunitários e linguagens artísticas adentrem o espaço da sala de aula, dialogando em pé de igualdade com os conteúdos científicos e estimulando a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos Estudos CEBRAP, n. 79, p. 71-94, 2007.

13. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ellen Costa Rodrigues

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A Educação Inclusiva consolidou-se internacionalmente a partir da Declaração de Salamanca (1994) e de convenções da UNESCO, redefinindo o papel da escola frente à diversidade humana. No Brasil, o conceito evoluiu do foco restrito à integração de pessoas com deficiência para uma concepção ampla que engloba a garantia do direito incondicional à educação para todos os grupos historicamente marginalizados.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme Ieciona Silva (2013),

falar em inclusão exige articular o direito à igualdade ao direito à diferença. As sociedades são multiculturais em sua essência. Incluir não significa homogeneizar ou assimilar os sujeitos a um modelo pré-estabelecido de "normalidade", mas transformar a instituição escolar para acolher a singularidade de cada estudante (seja no âmbito étnico-racial, de gênero, sexualidade, classe social, idade ou neurodivergência).

Aprofundamento Crítico e Abordagem Diaspórica: Como aponta Aldo Ocampo González (2018), a compreensão epistemológica da Educação Inclusiva opera através de um funcionamento diaspórico e interdisciplinar. Dialoga criticamente com o Feminismo, a Teoria Queer, os Estudos Decoloniais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inclusão é uma práxis política que visa dismantelar barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas que geram a exclusão sistemática.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A construção de escolas verdadeiramente inclusivas exige a superação de currículos engessados, a garantia de acessibilidade universal e a formação continuada do corpo docente. A escola inclusiva torna-se o espelho da diversidade social, promovendo a solidariedade, a convivência democrática e a cidadania plena.

Referências Bibliográficas:

- GONZÁLEZ, Aldo Ocampo. *Epistemología de la educación inclusiva*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva (CELEI), 2018.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2015.
- SILVA, Maurício; JESUS, Rodrigo. *Educação inclusiva, diversidade e direitos humanos*. São Paulo: Cortica, 2013.

14. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Edileia Figueiredo da Costa

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A Educação Intercultural emergiu na América Latina a partir das lutas dos movimentos indígenas e afrodescendentes nas

últimas décadas do século XX. O conceito surgiu como uma resposta crítica aos modelos educativos assimilacionistas e monoculturais impostos pelos Estados-nação, que visavam homogeneizar as populações e apagar suas identidades ancestrais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Segundo Vera Maria Candau, a Educação Intercultural parte da premissa de que a diferença cultural é uma riqueza e um patrimônio da humanidade. Promove processos sistemáticos e intencionais de diálogo, confronto democrático e reciprocidade entre sujeitos pertencentes a diferentes grupos socioculturais. Busca articular a afirmação da igualdade de direitos ao reconhecimento das diferenças, visando construir a justiça social, cognitiva e econômica.

Aprofundamento Crítico e Legislação Nacional: Conforme analisa Moraes (2015), a Educação Intercultural no Brasil ganha respaldo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (decorrentes da Lei nº 10.639/03). A interculturalidade não se confunde com uma convivência harmoniosa ingênua; ela enfrenta abertamente as assimetrias de poder, o racismo e as discriminações historicamente impregnados na sociedade.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na prática pedagógica, a Educação Intercultural exige reestruturar o cotidiano da escola: desconstruir livros didáticos preconceituosos, inserir conteúdos e autores africanos, afro-brasileiros e indígenas em todas as disciplinas, e cultivar o respeito mútuo e a consciência histórica cidadã.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica. *História & Perspectivas*, n. 53, p. 239-263, 2015.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de

nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.

15. EMPODERAMENTO

Gislayne Carvalho Pires

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de empoderamento origina-se da tradução do termo inglês *empowerment*, utilizado tanto no campo da psicologia comunitária e dos movimentos sociais quanto no discurso corporativo e liberal. No entanto, sua apropriação pela pedagogia crítica e pelo feminismo negro ressignificou radicalmente a categoria.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau sistematiza o empoderamento como processos sociais e pedagógicos que favorecem pessoas e grupos subalternizados no descobrimento e fortalecimento do seu próprio poder de ação na sociedade. Contrapõe-se à visão ingênua de que o poder é "doador" por benevolência de elites paternalistas. Como afirmava Paulo Freire, o empoderamento não ocorre de fora para dentro; é um movimento interno de tomada de consciência crítica e emancipação coletiva travado em meio aos conflitos reais da história.

Aprofundamento Crítico e Feminismo Negro: No contexto do Feminismo Negro e das obras de teóricas como Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins, o empoderamento adquire uma dimensão estrutural e interseccional. Não se trata de uma conquista puramente individual ou estética de mercado, mas da auto-organização política de mulheres negras para destruir as estruturas do racismo, do patriarcado e da exploração de classe.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, o empoderamento promove o desenvolvimento da autoconfiança, da identidade positiva e da voz ativa de alunos historicamente silenciados. Ambientes escolares empoderadores incentivam o protagonismo juvenil, a gestão democrática e a ação comunitária transformadora.

Referências Bibliográficas:

- ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.

Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.

- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Cássia Maria Silva. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

16. ESCRIVIVÊNCIA

Jusiele Miranda dos Santos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O neologismo *escrevivência* é uma criação conceitual fundante da escritora, poetisa e linguista afro-brasileira Conceição Evaristo. Nascido da junção de "escrever", "viver" e "se ver", o termo emergiu para dar nome à produção literária e epistemológica realizada por mulheres negras no Brasil, descentralizando o padrão eurocêntrico e masculino da literatura nacional.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A *escrevivência* traduz a escrita que nasce do cotidiano, das memórias, dos corpos e dos afetos das mulheres negras. Como sintetiza Evaristo, "a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, mas para os despertar dos seus meandros injustos". A categoria articula a vivência individual à memória coletiva da ancestralidade afro-diaspórica, transformando a dor da exclusão em força poética e política de resistência e reexistência.

Aprofundamento Crítico e Narrativas de Si: Como demonstra a professora afro-indígena Noélia de Araújo (2018), a *escrevivência* funciona como uma poderosa metodologia de pesquisa e autoformação docente. A escrita de si aciona memórias e sensibilidades que afirmam a identidade cultural e denunciam estereótipos colonialistas, revelando que a narrativa autobiográfica é também um ato político e teórico rigoroso.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No ambiente pedagógico, a *escrevivência* serve como catalisador para oficinas de leitura e escrita criativa.

Permite que alunos negros, indígenas e periféricos contem suas próprias histórias, valorizando suas raízes culturais, fortalecendo a autoestima e exercitando o direito à voz.

Referências Bibliográficas:

- DE ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda. Escrivências de uma professora afroindígena. *Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*, v. 3, n. 5, p. 45-62, jan./jun. 2018.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de si em Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

17. ESTUDOS DE GÊNERO

Suzianne Silva Tavares

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Os Estudos de Gênero consolidaram-se como campo acadêmico interdisciplinar nas ciências humanas a partir do final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970. O campo emergiu em estreita articulação com a segunda onda do movimento feminista, decorrente da necessidade de teorizar sobre a invisibilidade e a subordinação histórica das mulheres nas esferas pública e privada.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme explica Miriam Pillar Grossi (2015), os estudos de gênero problematizam a origem exclusivamente biológica atribuída aos papéis sociais de homens e mulheres. O conceito de "gênero" (diferenciado de sexo anatômico) refere-se à construção cultural, histórica e discursiva que a sociedade estabelece sobre o que é ser "masculino" e "feminino". Como sintetizou Joan Scott em texto clássico, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Aprofundamento Crítico e Desconstrução de Parâmetros: Os estudos de gênero desconstróem estereótipos sexistas que naturalizam divisões de trabalho (como a responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado doméstico) e

condicionamentos afetivos. Ao demonstrar que tais arranjos são construções sociais alteráveis, esse campo teórico fundamenta as lutas por direitos reprodutivos, equidade salarial e erradicação da violência de gênero.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação, a perspectiva de gênero possibilita reavaliar materiais didáticos, brincadeiras e interações no pátio escolar. Permite construir práticas pedagógicas não-sexistas que garantam o pleno desenvolvimento intelectual e humano de meninas e meninos, livres de imposições binárias opressivas.

Referências Bibliográficas:

- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

18. ETNIA

Joice de Oliveira Rodrigues

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra "etnia" deriva do grego *ethnos*, que se referia a um povo, tribo ou nação que compartilhava costumes e origem comum. No século XIX e meados do século XX, o termo foi redefinido pela antropologia cultural para substituir as concepções biológicas e descredibilizadas de "raça", deslocando o eixo de análise das características físicas para os fatores socioculturais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Diferente do conceito estritamente biológico de raça (hoje superado na genética), o conceito de etnia ou grupo étnico designa um coletivo humano cujos membros identificam-se entre si a partir de laços socioculturais compartilhados: memórias históricas comuns, língua materna, tradições religiosas, parentesco, território e cosmocultura. Como destaca Antonio Sérgio Guimarães, a etnia é uma categoria analítica e de pertencimento

dinâmico que constrói a identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Aprofundamento Crítico e Pluralidade de Pertencimento: As etnias não são estáticas ou isoladas; elas reconfiguram-se no contato histórico com outros grupos. No Brasil, a pluralidade étnica expressa-se na presença de mais de 300 povos indígenas falantes de mais de 270 línguas distintas, bem como nas comunidades quilombolas e de matriz africana, evidenciando que sob a designação geral de "povo brasileiro" pulsa uma imensa diversidade étnica.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No contexto escolar, trabalhar a dimensão da etnia exige superar visões folclorizadas ou genéricas dos povos originários e afrodescendentes. Os educadores devem apresentar a especificidade e o dinamismo das diversas etnias indígenas e quilombolas brasileiras, promovendo o respeito à alteridade e aos direitos territoriais e culturais.

Referências Bibliográficas:

- BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos do Campo*, São Paulo, n. 20, p. 1-21, 2011.
- SANTOS, Dosse J. da S. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, Maringá, v. 15, n. 3, p. 1-12, 2010.

19. EURO-USA-CENTRISMO

Maria Michelle Lima da Silva de Oliveira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A expressão "Euro-USA-centrismo" constitui um desdobramento conceitual da categoria crítica de eurocentrismo. O conceito expande a crítica analítica para incluir os Estados Unidos da América ao lado da Europa Ocidental como os dois eixos geopolíticos e econômicos centrais na difusão do modelo civilizatório capitalista e ocidental hegemônico no Sul Global.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme leciona Vera Maria Candau (2017), o Euro-USA-centrismo fundamenta-se na supervalorização da produção científica, cultural, filosófica e econômica europeia e estadunidense, apresentando-a como o único caminho válido para o "progresso" e o

"desenvolvimento". Como demonstram Walter Mignolo e Pedro Pablo Gómez (2015), essa ideologia estabelece uma escala assimétrica na qual todas as demais sociedades são classificadas como atrasadas, subdesenvolvidas ou periféricas enquanto não copiarem o padrão dominante.

Aprofundamento Crítico e Apagamento de Saberes: Essa forma hegemônica de enxergar o mundo não é fruto do acaso, mas de uma geopolítica do conhecimento meticulosamente implantada desde o período colonial. Como adverte Raíssa Carneiro (2018), o Euro-USA-centrismo atua promovendo o epistemicídio e o apagamento da história e dos saberes de civilizações africanas, ameríndias e asiáticas, subjugando de forma agressiva as narrativas locais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Desconstruir o Euro-USA-centrismo na educação básica requer uma profunda reestruturação historiográfica e científica. Exige ensinar a história do Brasil e do mundo "de dentro para fora", valorizando a ciência, a tecnologia e a literatura produzidas na América Latina, na África e no Oriente.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CARNEIRO, Raíssa Orestes. Por uma história de dentro para fora: argumentos para a desconstrução do eurocentrismo no ensino de história. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE, 12., 2018, Recife. *Anais [...]*. Recife: ANPUH-PE, 2018. p. 1-12.
- MIGNOLO, Walter D.; GÓMEZ, Pedro Pablo. *Trayectorias de re-existencia: ensayos en torno a la colonialidad/decolonialidad del saber*. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2015.
- TUPIASSÚ, Amarílis. Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 299-320, 2005.

20. FEMINISMO(S)

Loana Farias da Silva

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O feminismo emergiu modernamente como movimento social, filosófico e político a partir das lutas Iluministas do século XVIII e das sufragistas do século XIX. Contudo, a historiografia crítica contemporânea adota a grafia no plural — *Feminismos* — para reconhecer que o movimento não é homogêneo, mas composto por múltiplas correntes que respondem às diferentes realidades vividas pelas mulheres no mundo.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Como conceitua Maria Amélia de Almeida Teles (1993), o feminismo contrapõe-se ao patriarcado e às manifestações do machismo estrutural. Trata-se de uma práxis emancipatória que combate a violência de gênero, o silenciamento e a dominação masculina. Se a "primeira onda" focou no direito ao voto e a "segunda onda" nos direitos sexuais e no trabalho, a contemporaneidade exige entender que a opressão de gênero atravessa de forma diversa as mulheres a depender de sua classe e raça.

Aprofundamento Crítico e Pluralidade de Vertentes: As críticas de autoras negras e latino-americanas (como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez e bell hooks) demonstraram que o feminismo liberal branco falhava ao universalizar a experiência da mulher burguesa ocidental. Assim, emergiram vertentes cruciais como o *Feminismo Negro*, o *Feminismo Decolonial/Amefricano*, o *Feminismo Comunitário* e o *Feminismo Camponês/Periférico*, que articulam indissociavelmente as lutas contra o sexismo, o racismo e o capitalismo.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No espaço escolar, abordar os feminismos permite conscientizar estudantes sobre a igualdade de direitos, o combate ao assédio e a importância do protagonismo feminino nas ciências, nas artes e na política, construindo um ambiente seguro e equânime para meninas e jovens.

Referências Bibliográficas:

- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Badr Lemos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

21. GLOBALIZAÇÕES

Renilson da Silva Maia

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O termo globalização intensificou-se no debate sociológico ao final do século XX com a expansão das redes de informação, a aceleração do capital financeiro e a integração dos mercados globais no pós-Guerra Fria. Contudo, teorias críticas recusam a visão ingênua da globalização como um processo único e benevolente, preferindo abordar as *globalizações* no plural.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau, pautando-se no pensamento sociológico de Boaventura de Sousa Santos, explica que os processos globais dividem-se em modalidades distintas: o *globalismo localizado* (impacto de imperativos internacionais sobre localidades), a *globalização hegemônica* e a *globalização contra-hegemônica*. A globalização hegemônica é guiada pela expansão do capitalismo neoliberal, impondo a padronização cultural, a mercantilização da vida e a acumulação de riquezas pelo Norte global.

Aprofundamento Crítico e Movimentos Transnacionais: Em contraposição, a globalização contra-hegemônica (ou cosmopolitismo subalterno) organiza-se na articulação transnacional de movimentos sociais, indígenas, ambientais e de direitos humanos. Esses grupos conectam redes locais e internacionais para resistir à exploração predatória, defender a sustentabilidade do planeta e promover a justiça cognitiva e o reconhecimento dos povos marginalizados.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação básica, analisar as globalizações permite que os estudantes compreendam o impacto de decisões geopolíticas em seu território local. Fortalece o pensamento crítico para o consumo consciente, a preservação ambiental e a solidariedade internacionalista entre os povos do Sul global.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

22. HOMOFOBIA (LGBTQIA+FOBIA)

Leonardo Pereira Monteiro

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O vocábulo "homofobia" foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1970 pelo psicólogo George Weinberg, ingressando nos dicionários acadêmicos a partir dos anos 1990. Na contemporaneidade, o conceito expandiu-se normativamente para a sigla *LGBTQIA+fobia*, visando nomear a rejeição, discriminação e violência direcionadas a lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais e demais dissidências de gênero e sexualidade.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme teoriza Daniel Borrillo (2009), a homofobia não é uma "fobia" ou fobia clínica individual, mas uma manifestação ideológica arbitrária de opressão social, análoga ao racismo e à xenofobia. Consiste em qualificar a diversidade afeto-sexual e de gênero como algo "inferior", "anormal" ou "degradante". Tatiana Lionço e Debora Diniz (2008) sublinham que essa opressão manifesta-se desde gracejos e hostilidades cotidianas até a negação brutal de direitos civis e assassinatos motivados pelo ódio.

Aprofundamento Crítico e Enquadramento Jurídico: No Brasil, país que lidera os índices mundiais de violência contra populações trans e homossexuais, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo (Lei nº 7.716/1989) no julgamento da ADO 26 em 2019. A LGBTQIA+fobia opera como

um dispositivo de controle que busca punir todos aqueles que subvertem a heteronormatividade e a cisheteronormatividade compulsórias.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O combate à LGBTQIA+fobia na escola é um dever ético e constitucional. Projetos pedagógicos devem promover um ambiente seguro, acolhedor e livre de *bullying*, fundamentando a diversidade sexual e de gênero sob a ótica dos Direitos Humanos universais.

Referências Bibliográficas:

- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (org.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres, 2009. p. 15-46.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, v. 8, n. 16, p. 307-324, 2008.

23. HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL

Ruth de Jesus Ramos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de homogeneização cultural refere-se ao processo sociopolítico e econômico pelo qual especificidades, modos de vida e identidades de culturas locais são gradativamente absorvidos e suplantados por um modelo cultural dominante e unificado, impulsionado pela expansão dos mercados e das redes globais de comunicação.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme explica Vera Maria Candau, a homogeneização cultural está intimamente vinculada à globalização hegemônica. A indústria cultural ocidental atua como um vetor de difusão de valores, padrões de consumo e visões de mundo hegemônicas. Como adverte Maria Luisa Ortíz Alvarez (2008), o risco iminente desse enquadramento massivo é o esvaziamento e a descaracterização das culturas regionais, camponesas, indígenas e tradicionais, cuja riqueza reside justamente em sua singularidade.

Aprofundamento Crítico e Legislação Reparadora: A homogeneização cultural pode ocorrer em escala global (imposição do estilo de vida norte-americano) e nacional (imposição do padrão do Sudeste urbanizado sobre as demais regiões do Brasil). Para conter essa pasteurização da diversidade, surgiram no Brasil os marcos legais reformatórios das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que visam colocar a escola como polo ativo de resguardo das raízes identitárias.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, combater a homogeneização cultural exige o exercício constante da intraculturalidade (fortalecimento das raízes e pertencimentos locais) e da interculturalidade crítica. O currículo deve valorizar a culinária, a música, os saberes e as cosmogonias regionais, não permitindo que a padronização global apague a heterogeneidade das turmas.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. A questão da diversidade cultural no processo de integração latino-americana: o grande desafio do século XXI. *Revista de Estudos Latino-Americanos*, v. 5, n. 1, p. 33-52, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica. *História & Perspectivas*, n. 53, p. 239-263, 2015.

24. IDENTIDADE

Antônia Silvestre do Nascimento Maia

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Do latim *identitas*, o termo expressa a qualidade do que é idêntico. Na sociologia e na psicologia social contemporâneas, o conceito de identidade deslocou-se de visões essencialistas ou fixas (que a viam como algo dado biologicamente desde o nascimento) para ser compreendido como um processo contínuo, dinâmico e relacional de construção do "eu" nas interações sociais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Segundo Vera Maria Candau, a identidade expressa fundamentalmente quem somos e como nos posicionamos no mundo. Aprendemos o que somos em meio às interações que estabelecemos com aqueles que se assemelham a nós e com aqueles que de nós diferem. A identidade é tecida na tensão sutil entre as autoatribuições (como o sujeito se percebe) e as heteroatribuições (os significados e rótulos conferidos pelos outros ao sujeito em diferentes momentos históricos).

Aprofundamento Crítico e Crise das Identidades: Stuart Hall pontua que o sujeito contemporâneo pós-moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ao contrário, vivencia uma "crise de identidade", assumindo identidades múltiplas, por vezes contraditórias e em constante deslocamento. Tomaz Tadeu da Silva reforça que a identidade e a diferença são produções sociais e discursivas indissociáveis dos jogos de poder vigentes na sociedade.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, compreender a identidade como processo relacional e multifacetado é vital para evitar rotulações estigmatizantes sobre os estudantes. O ambiente educativo deve propiciar vivências que fortaleçam a autoimagem positiva de alunos negros, indígenas, com deficiência e de diversas origens sociais.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. *Educação, interculturalidade e formação docente*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

25. IDENTIDADE CULTURAL

Renata Silva Cunha

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A identidade cultural constitui uma dimensão específica da identidade humana centrada no sentimento de pertencimento a um determinado grupo sociocultural, compartilhado por meio de símbolos, memórias, línguas, territórios e cosmovisões. O debate sobre essa categoria ganhou força na antropologia e nos estudos pós-coloniais para explicar os processos de resistência das minorias étnicas e culturais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: De acordo com Vera Maria Candau, a identidade cultural é um processo dinâmico e contínuo de construção individual e coletiva que permite ao sujeito reconhecer-se em determinadas trajetórias e modos de viver. Bafejada pela antropologia interpretativa de Roberto DaMatta, a identidade cultural permite compreender as fronteiras simbólicas entre "nós" e os "outros". Como lembra Candau, não existe uma única identidade engessada para um grupo: há múltiplos modos de ser criança, quilombola, indígena, ribeirinho ou urbano no Brasil.

Aprofundamento Crítico e Hibridismo Cultural: Na perspectiva de Homi Bhabha, as identidades culturais não são puras nem estáticas, mas gestadas no "entre-lugar" ou no espaço de articulação do hibridismo cultural. A tentativa colonial de fixar a identidade do colonizado como inferior é desestruturada pelas estratégias de reexistência dos povos marginalizados, que ressignificam continuamente seus patrimônios culturais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na sala de aula, a valorização das identidades culturais exige superar práticas monoculturais. A escola deve reconhecer os pertencimentos plurais de seus estudantes, estimulando o orgulho identitário e combatendo o preconceito contra manifestações culturais populares e afro-indígenas.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.**
Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Mýriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- DAMATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

26. IDENTIDADE DE GÊNERO

Michelle do Nascimento Sampaio

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A diferenciação teórica entre "sexo biológico" e "identidade de gênero" consolidou-se na sexologia e na antropologia a partir de meados do século XX (com autores como Robert Stoller e John Money) e foi profundamente radicalizada pelo feminismo pós-estruturalista. A identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no momento do nascimento.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme leciona Guacira Lopes Louro (1997), a identidade de gênero não é biologicamente determinada, mas tecida nas práticas sociais, culturais e discursivas. Sujeitos cujas identidades de gênero alinham-se ao sexo biológico designado são identificados como *cisgênero*; enquanto aqueles cuja identidade difere do sexo designado são reconhecidos como *transgênero* (travestis, homens trans, mulheres trans e pessoas não-binárias). A experiência autêntica de ser e estar no mundo transcende imposições biológicas.

Aprofundamento Crítico e Marcos Normativos: Como destacam Keila de Oliveira, Ethiana Silva e Sueli Salva (2011), a sociedade patriarcal e cisnormativa pune aqueles que escapam ao padrão imposto. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais enfatizam a obrigatoriedade de acolher as diversidades e combater incansavelmente as causas das violências contra populações historicamente excluídas.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A escola deve ser um espaço

seguro de acolhimento. As instituições de ensino têm a obrigação legal e ética de respeitar o nome social de estudantes trans, garantir o uso de banheiros conforme a identidade de gênero e erradicar piadas, preconceitos e discriminações no ambiente escolar.

Referências Bibliográficas:

- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Keila de; SILVA, Ethiana Sarachin da; SALVA, Sueli. Relações de gênero e educação. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 101-110, jul./dez. 2011.

27. IDEOLOGIA

Ana Karolina Damas da Costa

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra "ideologia" foi criada no final do século XVIII pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy para designar a "ciência das ideias". Contudo, o conceito sofreu uma profunda virada teórica no século XIX a partir dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, passando a significar o conjunto de representações e discursos que mascaram as contradições sociais e legitimam a dominação de uma classe sobre as demais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Na obra clássica *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) formulam que "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes". A classe hegemônica, para atingir seus fins, apresenta seus interesses particulares como se fossem o interesse universal e racional de toda a sociedade. Complementarmente, István Mészáros (2011) reitera que a ideologia constitui a consciência prática das sociedades de classes, articulando valores e estratégias em disputas pelo poder.

Aprofundamento Crítico e Matriz Interseccional: Expandindo a tradição marxista, teóricos contemporâneos (como Louis Althusser, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro)

apontam que a ideologia não opera apenas na esfera econômica de classe, mas também por meio de Aparelhos Ideológicos de Estado (como a escola e a mídia) que disseminam a ideologia do racismo, do patriarcado e da democracia racial como verdades naturais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo educativo, a análise crítica da ideologia permite desmascarar os discursos de pretensa "neutralidade" do ensino. Formar cidadãos críticos exige instrumentalizar os alunos para que identifiquem os interesses políticos e econômicos subjacentes aos textos, mídias e currículos escolares.

Referências Bibliográficas:

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

28. IGUALDADE DE GÊNERO

Elionay Mota Santos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A igualdade de gênero é um princípio de Direitos Humanos que preconiza que homens, mulheres e pessoas de todas as identidades de gênero devem desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades, oportunidades e proteção legal. A luta estruturada por esse princípio ganhou impulso global ao longo dos séculos XIX e XX, consolidando-se em documentos internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU).

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: O pilar teórico da discussão sobre igualdade de gênero foi assentado pela filósofa francesa Simone de Beauvoir em sua obra monumental *O Segundo Sexo* (1949), na qual sintetizou a célebre premissa: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Beauvoir demonstrou que as assimetrias e a subordinação feminina não são fatos biológicos, mas construções

culturais do patriarcado que privaram as mulheres de autonomia e plena cidadania.

Aprofundamento Crítico e Dados de Disparidade: No Brasil contemporâneo, indicadores do IBGE e da PNAD revelam persistentes disparidades salariais entre homens e mulheres no exercício de funções idênticas, sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e altas taxas de feminicídio. A igualdade de gênero exige políticas públicas ativas que articulem a equidade salarial ao combate à violência doméstica e sexista.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Promover a igualdade de gênero na educação básica requer descontaminar os processos educativos de estereótipos sexistas. A escola deve incentivar meninas a ingressarem nas carreiras científicas e de tecnologia, além de educar meninos para o respeito e a co-responsabilidade afetiva e social.

Referências Bibliográficas:

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

29. IGUALDADE E DIFERENÇA

Marinete de Araujo Pantoja

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O par conceitual "igualdade e diferença" está no centro dos debates contemporâneos sobre filosofia política, direitos humanos e educação intercultural. A modernidade ocidental construiu a ideia de igualdade pautada na homogeneização do cidadão ("todos são iguais perante a lei"), muitas vezes apagando as especificidades socioculturais em nome de um universalismo abstrato.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau, em diálogo

analítico com a obra de Antônio Flávio Pierucci, enfatiza que o grande desafio atual consiste em superar a falsa oposição entre igualdade e diferença. Pierucci instiga o debate ao questionar se "queremos ser iguais ou diferentes?". A resposta teórica reside em compreender que a igualdade se contrapõe à *desigualdade* (campo da injustiça socioeconômica), enquanto a diferença contrapõe-se à *padronização* e à *monocultura*.

Aprofundamento Crítico e Imperativo De Boaventura: Boaventura de Sousa Santos sintetiza magistralmente essa articulação no chamado imperativo transcultural: "Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza". Reivindica-se, portanto, uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza nem legitime desigualdades.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na esfera educativa, articular igualdade e diferença significa garantir o mesmo padrão de qualidade e direitos para todos os estudantes, ao mesmo tempo em que se diversificam as metodologias e conteúdos para respeitar as especificidades étnico-raciais, de gênero e culturais presentes em sala.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

30. IGUALDADE RACIAL

Lisonete da Silva Lira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A busca pela igualdade racial no Brasil é fruto de séculos de lutas empreendidas pelo movimento negro. Embora a Constituição de 1988 estabeleça no Art. 5º o princípio da não-discriminação e a Lei nº 7.716/1989 tipifique os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, a igualdade formal mostrou-se insuficiente para erradicar o racismo estrutural e a vulnerabilidade da população negra.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A igualdade racial conceitua-se como a garantia de equidade de oportunidades, direitos e tratamento entre os diferentes grupos étnico-raciais que compõem a sociedade. Para operacionalizar esse princípio nas políticas de Estado, foi criada em 21 de março de 2003 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O ápice legislativo dessa conquista deu-se com a promulgação da Lei nº 12.288/2010 — o Estatuto da Igualdade Racial.

Aprofundamento Crítico e Reparação Histórica: Como analisa Kabengele Munanga, a igualdade racial substantiva não se limita ao discurso de tolerância, mas exige medidas compensatórias e reparatórias (ações afirmativas) que atuem nas origens materiais das assimetrias. O Estatuto da Igualdade Racial estabelece diretrizes para a saúde, educação, cultura, moradia e trabalho destinadas à população negra brasileira.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No ambiente educacional, a igualdade racial manifesta-se no combate cotidiano às agressões racistas, na valorização da história afro-brasileira e na promoção de uma convivência escolar baseada na dignidade e no acolhimento de crianças e jovens negros.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade*

nacional versus identidade negra. 5. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2019.

- SILVA, Luiz Fernando Martins da. *O Estatuto da Igualdade Racial comentado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

31. INTERCULTURALIDADE

Glauciely Fonseca Padre

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra interculturalidade adquiriu centralidade no debate pedagógico e sociológico latino-americano a partir das contribuições da teórica pedagoga Catherine Walsh. O conceito constitui um termo polissêmico que visa superar a mera coexistência passiva entre culturas, propondo relações intencionais de troca e transformação.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau, embasada nas formulações de Catherine Walsh, sistematiza a interculturalidade em três abordagens fundamentais: 1) *Interculturalidade Relacional* (refere-se ao contato e intercâmbio interpessoal entre culturas distintas, sem problematizar as assimetrias); 2) *Interculturalidade Funcional* (incorporada pelo Estado neoliberal para promover a coesão social e pacificar conflitos, sem alterar as estruturas de dominação); e 3) *Interculturalidade Crítica*.

Aprofundamento Crítico e Dimensão Estrutural: A *Interculturalidade Crítica* questiona abertamente as matrizes de poder da colonialidade que privilegiam os saberes eurocêntricos e oprimem a história e a cultura dos povos negros e indígenas (Moraes, 2015). Essa perspectiva visa refundar as estruturas sociais, políticas e epistemológicas da sociedade, construindo um projeto decolonial e emancipatório.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na práxis pedagógica, a interculturalidade crítica convoca a escola a abandonar o ensino monocultural. Exige valorizar os saberes ancestrais, incorporar metodologias dialógicas e desconstruir preconceitos que invisibilizam a contribuição dos povos afro-brasileiros e originários.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.

- CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica. *História & Perspectivas*, n. 53, p. 239-263, 2015.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96.

32. INTERSECCIONALIDADE

Andreza Magalhães das Neves

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito analítico de "interseccionalidade" foi cunhado em 1989 pela jurista e teórica feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw. A formulação emergiu da necessidade de responder às lacunas do sistema jurídico e dos movimentos sociais, que analisavam as opressões de raça e gênero de forma isolada e fragmentada.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme conceitua Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade visa capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (sobretudo raça, gênero, classe social, sexualidade, etnia e nacionalidade). O conceito demonstra que a experiência de vulnerabilidade vivida por uma mulher negra não é a simples soma mecânica de "ser mulher" + "ser negra", mas uma condição qualitativamente específica gerada pelo cruzamento dessas estruturas.

Aprofundamento Crítico e Matriz Ameفرicana: No Brasil, a fundamentação da interseccionalidade foi antecedentemente desenvolvida por Lélia Gonzalez sob o conceito de *Ameفرicanidade*, e aprofundada contemporaneamente por Carla Akotirene. Akotirene enfatiza que a interseccionalidade serve como ferramenta teórica instrumental para dismantelar o racismo e o sexismo estruturais, orientando políticas públicas integradas.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação, a lente interseccional permite aos educadores compreenderem as múltiplas camadas de vulnerabilidade que afetam o rendimento e a permanência de alunas negras e periféricas, permitindo formular intervenções pedagógicas mais precisas e inclusivas.

Referências Bibliográficas:

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?*. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 8, p. 133-141, 1988.

33. INTRACULTURALIDADE

Aline dos Santos Bezerra

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A categoria de "intraculturalidade" adquiriu forte projeção nas teorias educativas latino-americanas, especialmente na Bolívia, relacionando-se aos estudos de Félix Patzi (primeiro indígena a ocupar o Ministério da Educação naquele país). O conceito emergiu para contrarrestar o risco de que o diálogo intercultural resultasse na assimilação ou diluição das culturas minoritárias frente às culturas dominantes.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Segundo a análise de Vera Maria Candau, a intraculturalidade refere-se ao fortalecimento, valorização, reconhecimento e potencialização da própria cultura no interior do grupo social. Diz respeito à reconstituição da memória histórica, da língua materna, da sabedoria ancestral e da auto-estima identitária do coletivo subalternizado antes ou paralelamente à sua abertura para o diálogo com outros grupos socioculturais.

Aprofundamento Crítico e Articulação Intra/Inter: Sob a ótica de Candau, os processos intraculturais e interculturais não são opostos, mas complementares e indissociáveis. Uma comunidade não pode exercer um diálogo intercultural simétrico

se a sua própria identidade cultural estiver fragilizada ou envergonhada. A intraculturalidade consolida o "lugar de enraizamento" para que a troca intercultural ocorra sem colonização.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação escolar (especialmente em escolas indígenas, quilombolas e do campo), a dimensão intracultural traduz-se na valorização da língua materna, no registro dos saberes dos anciãos e no fortalecimento do orgulho e da memória comunitária.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.
- PATZI, Félix. *Etnofagia estatal y insurrección indígena: para una sociología de la descolonización*. La Paz: Ministerios de Educación, 2004.
- VIAÑA, Jorge. *La interculturalidad como herramienta de descolonización*. La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2009.

34. JUDITH BUTLER

Bruno Vulcão Batista

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Judith Butler (nascida em Cleveland, Ohio, em 1956) é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, professora da Universidade da Califórnia em Berkeley e uma das intelectuais mais influentes do pensamento contemporâneo. Graduada e doutorada na Universidade de Yale, Butler construiu sua trajetória na interseção entre a filosofia continental, os estudos feministas e a Teoria Queer.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A principal contribuição teórica de Judith Butler reside na formulação do conceito de *performatividade de gênero*, apresentado em sua obra divisora de águas *Problemas de Gênero: Feminismo e*

Subversão da Identidade (1990). Butler contesta a estabilidade do gênero e do sexo, argumentando que o gênero não é um atributo substantivo ou natural do sujeito, mas uma realização ritualizada e reiterada de atos, gestos e discursos normativos que produzem a ilusão de um corpo sexualizado natural.

Aprofundamento Crítico e Precariedade da Vida: Em obras posteriores (como *Corpos que Importam* e *Quadros de Guerra*), Butler expande suas reflexões para a ética e a filosofia política, formulando as categorias de "vidas precárias" e "vidas choráveis". A autora questiona por que determinados corpos (negros, trans, refugiados, palestinos) são tornados desumanizados e desprovidos de luto público pela violência de Estado e pela matriz heteronormativa.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O pensamento de Butler fundamenta a Pedagogia Queer e oferece recursos valiosos para a educação. Convoca os educadores a desconstruírem práticas pedagógicas que disciplinam os corpos de meninas e meninos, promovendo uma cultura escolar fundada na alteridade e no respeito incondicional às existências dissidentes.

Referências Bibliográficas:

- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

35. JUSTIÇA COGNITIVA

Francisca Veloso da Silva Pinto

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A categoria "justiça cognitiva" foi gestada nas formulações do pensador indiano Shiv Visvanathan e amplamente desenvolvida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos no âmbito das Epistemologias do Sul. O

conceito emergiu da constatação de que a dominação ocidental não é apenas econômica ou política, mas profundamente epistemológica.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme leciona Vera Maria Candau, a justiça cognitiva traduz-se no imperativo ético de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global. Significa reconhecer e validar a pluralidade de saberes e sistemas de conhecimento produzidos pelos diferentes grupos sociais (especialmente os povos subalternizados do Sul Global), superando a hegemonia excludente da racionalidade científica eurocêntrica.

Aprofundamento Crítico e Combate ao Epistemicídio: A negação da justiça cognitiva produz o *epistemicídio* — a destruição e desvalorização deliberada dos conhecimentos de populações colonizadas. Boaventura de Sousa Santos ressalta que a luta por justiça cognitiva exige implementar a ecologia dos saberes e a tradução intercultural, viabilizando o diálogo simétrico entre o conhecimento acadêmico e a sabedoria popular e ancestral.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação pública, promover a justiça cognitiva implica revisar a estrutura curricular monocultural. Os projetos pedagógicos devem incluir os saberes tradicionais, a história afro-brasileira e a literatura indígena como conhecimentos de igual valor acadêmico e científico.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- VISVANATHAN, Shiv. *A carnival for science: essays on science, technology and development*. Delhi: Oxford University Press, 1997.

36. KABENGELE MUNANGA

Kléria Laisa Cuimar Ramos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Kabengele Munanga é um destacado antropólogo, professor e intelectual brasileiro-congolês, nascido na República Democrática do Congo em 1940. Radicado no Brasil desde a década de 1970, tornou-se professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e uma das maiores autoridades acadêmicas mundiais no estudo das relações raciais, da negritude e do antirracismo na sociedade brasileira.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A obra de Munanga foi determinante para desconstruir as teorias eugênicas e desmascarar a ideologia da "democracia racial" no Brasil. Em sua obra clássica *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil* (1999), o autor analisa como o mito da miscigenação foi utilizado pelo Estado e pelas elites como uma estratégia sutil de branqueamento da população e de esvaziamento da identidade política dos afro-brasileiros.

Aprofundamento Crítico e Ações Afirmativas: Munanga desempenhou um papel central como perito e intelectual público na defesa da constitucionalidade do sistema de cotas raciais no Supremo Tribunal Federal. Suas pesquisas demonstram que o racismo brasileiro é assimilacionista e estético, atuando na negação da identidade e exige políticas públicas explícitas de reparações e valorização da cultura afro-diaspórica.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo educativo, a contribuição de Munanga orienta a formação continuada de professores para a implementação da Lei nº 10.639/03. Suas obras oferecem subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar a história da África e a autoestima de crianças negras na sala de aula.

Referências Bibliográficas:

- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. *O negócio do anti-racismo: ensaios sobre a questão racial no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

37. LEI Nº 10.639/2003

Gleiciane Tavares de Oliveira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A Lei Federal nº 10.639 foi sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fruto de décadas de mobilização incansável do Movimento Negro brasileiro e dos compromissos assumidos na Conferência de Durban (2001). A norma alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), inserindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas redes públicas e privadas de ensino.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A lei acrescentou à LDB os artigos 26-A e 79-B. O Art. 26-A determina que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio devem ministrar conteúdos referentes à história da África e dos africanos, à luta dos negros no Brasil, à cultura negra brasileira e à contribuição do negro para a formação nacional nas áreas social, econômica e política. O Art. 79-B incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (em homenagem a Zumbi dos Palmares).

Aprofundamento Crítico e Reparação Pedagógica: Como ressaltam as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004, a Lei nº 10.639/03 tem caráter reparatório, reeducativo e de reconhecimento. Não se trata de inserir conteúdos isolados em datas festivas, mas de promover uma reestruturação epistemológica e curricular antirracista ao longo de todo o ano letivo.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A implementação efetiva da lei exige que o ensino de história e cultura afro-brasileira perpassasse transversalmente disciplinas como História, Literatura, Artes e Geografia. Requer investimentos em formação docente continuada e aquisição de materiais didáticos descolonizados.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: CNE/SECAD, 2004.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e pesquisar sobre relações étnico-raciais no Brasil. *Educação em Revista*, v. 23, n. 1, p. 489-506, 2007.

38. LEI Nº 11.645/2008

Maria Matilde da Silva e Silva

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Sancionada em 10 de março de 2008, a Lei Federal nº 11.645 modificou o Artigo 26-A da LDB (alterado anteriormente pela Lei nº 10.639/03). A nova legislação nasceu das históricas reivindicações das organizações e lideranças indígenas brasileiras para suprir a lacuna e estender a obrigatoriedade do ensino também para a História e Cultura dos Povos Indígenas no Brasil.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A Lei nº 11.645/08 estabelece que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, com especial destaque para as áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. A legislação obriga o sistema de ensino a abordar a diversidade dos povos originários antes e depois da chegada dos europeus, destacando suas tecnologias, filosofias e lutas territoriais.

Aprofundamento Crítico e Desconstrução de Estereótipos: Conforme apontam estudos de Moraes (2015) e de intelectuais indígenas (como Ailton Krenak e Daniel Munduruku), a aplicação da lei é vital para dismantelar a visão folclorizada, pré-histórica e congelada que o ensino tradicional vinculou ao "índio" no Dia 19 de Abril. Os povos indígenas devem ser estudados como sujeitos políticos presentes, contemporâneos e protagonistas da história nacional.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, o cumprimento da lei exige a revisão dos livros didáticos, a superação de caricaturas e a promoção do contato dos estudantes com a literatura, arte e cosmovisões indígenas vivas,

valorizando as línguas originárias e a defesa da biodiversidade.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica. *História & Perspectivas*, n. 53, p. 239-263, 2015.
- MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

39. LÉLIA GONZALEZ

Diemerson da Silva Ribeiro

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Lélia Gonzalez (1935–1994) foi uma das mais brilhantes e pioneiras intelectuais, filósofas, antropólogas e ativistas negras do Brasil. Nascida em Belo Horizonte e criada no Rio de Janeiro, trabalhou como babá e doméstica antes de graduar-se em História, Geografia e Filosofia. Exerceu a docência universitária e esteve entre os fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Lélia Gonzalez revolucionou o pensamento sociológico ao articular de forma inédita as dimensões de raça, gênero e classe com aportes da psicanálise lacaniana e do marxismo. A autora formulou o conceito decisivo de *Amefricanidade*, definindo a identidade cultural da América Latina como marcada profundamente pela presença e resistência afro-diaspórica e indígena. Formulou também a categoria de *Pretuguês*, analisando a marca da língua africana no português falado no Brasil.

Aprofundamento Crítico e Crítica ao Sexismo: Lélia denunciou a dupla opressão enfrentada pelas mulheres negras no Brasil (vítimas do racismo do movimento feminista branco e do sexismo do movimento negro). Analisou criticamente as figuras estigmatizadas atribuídas à mulher negra pela elite (a "mãe preta", a "empregada doméstica" e a "mulata"), apontando a mulher negra da favela como a verdadeira

força transformadora da sociedade.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O legado de Lélia Gonzalez é fundamental para a formação docente antirracista. Suas obras oferecem subsídios para trabalhar o feminismo negro, a decolonialidade e a valorização das expressões linguísticas e culturais afro-brasileiras nas escolas.

Referências Bibliográficas:

- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Lélia Gonzalez: uma intelectual amefricana. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, n. 1, p. 201-210, 2020.

40. LETRAMENTO INDÍGENA

Fernanda Gabriela da Costa Barbosa

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Historicamente, a escolarização imposta aos povos originários no Brasil funcionou como um instrumento colonial de integração forçada, expropriação cultural e proibição do uso oral e escrito das línguas maternas. O conceito de "letramento indígena" emergiu a partir da Constituição de 1988 e do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI/1998) como uma virada paradigma emancipatória.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: De acordo com Josélia Neves (2009), o letramento indígena constitui o processo pelo qual as comunidades originárias apropriam-se da cultura escrita (tanto na língua materna indígena quanto na Língua Portuguesa) como ferramenta de resistência, fortalecimento comunitário e defesa de seus direitos territoriais e sociopolíticos. Não se trata de uma mera alfabetização mecânica, mas de um uso social e político da escrita intercultural.

Aprofundamento Crítico e Protagonismo Político: O letramento indígena transforma a escrita — outrora instrumento de dominação colonial — em tecnologia

de reexistência. Permite que autores, professores e lideranças indígenas publiquem suas narrativas, registrem os saberes de seus anciãos, redijam projetos de gestão ambiental e ocupem espaços de poder nas universidades e no Congresso Nacional.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Nas escolas indígenas e não-indígenas, o letramento indígena promove a educação escolar bilíngue e multilíngue. Incentiva a circulação da literatura indígena contemporânea nas salas de aula, fortalecendo o respeito à diversidade linguística do país.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Aprender a escrita, estudar a língua: alfabetização e ensino de língua materna indígena*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.
- NEVES, Josélia Gomes. *Culturas do escrito em sociedades orais: práticas de letramento entre os povos indígenas*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

41. LUGAR DE FALA

Elizane Miranda

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de "lugar de fala" possui suas raízes epistemológicas na teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*) e nos estudos pós-coloniais e antirracistas. No Brasil, a categoria alcançou imensa repercussão acadêmica e social a partir do livro homônimo da filósofa negra Djamila Ribeiro, publicado em 2017.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme desmistifica Djamila Ribeiro (2017), o lugar de fala não diz respeito a uma vivência puramente individual ou a uma autorização restritiva sobre quem pode ou não falar sobre determinado assunto. O conceito refere-se à localização social e política do sujeito no interior das estruturas de poder. Reconhecer o lugar de fala significa explicitar que nenhum discurso é neutro ou universal: todos falam a partir de uma posição marcada por raça, gênero, classe e sexualidade.

Aprofundamento Crítico e Visibilidade Democrática: O objetivo principal do conceito é romper com o histórico silenciamento epistemológico imposto aos grupos subalternizados (negros, mulheres, indígenas, LGBTQs), garantindo-lhes protagonismo na formulação de saberes. Contudo, Djamila adverte contra usos distorcidos da categoria que a transformam em instrumento de censura: sujeitos em posições de privilégio (como pessoas brancas ou homens) têm o dever ético de debater o racismo e o sexismo a partir de seu próprio lugar de fala (o lugar de privilégio a ser desconstruído).

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na sala de aula, o lugar de fala fomenta a escuta atenta e o respeito às narrativas dos estudantes. Estimula que cada aluno compreenda de onde fala, promovendo debates democráticos fundados na empatia e na responsabilidade social.

Referências Bibliográficas:

- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HARDING, Sandra. *Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity"?*. Centennial Review, v. 36, n. 3, p. 437-470, 1992.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2017.

42. MICHEL FOUCAULT

Laynara Plablina R. da Silva

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Paul Michel Foucault (1926–1984) foi um dos mais eminentes filósofos, historiadores e teóricos sociais franceses do século XX. Ocupou a cadeira de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France e revolucionou o pensamento contemporâneo ao analisar as relações entre saber, poder, subjetivação e instituições disciplinares.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A principal contribuição foucaultiana reside na desconstrução da visão jurídica tradicional do poder (que o concebia como algo localizado exclusivamente no Estado ou na lei). Em obras

célebres como *Vigiar e Punir* (1975) e *A Microfísica do Poder* (1979), Foucault conceitua o poder como uma rede difusa, capilar e ascendente de relações que atua diretamente sobre os corpos. Formulou a categoria de *poder disciplinar*, que adentra os indivíduos em instituições (escolas, quartéis, fábricas, prisões e hospitais) através da vigilância e da punição.

Aprofundamento Crítico e Biopolítica: Foucault desenvolveu também os conceitos de *Biopoder* e *Biopolítica*, referindo-se às tecnologias de poder que emergiram no século XVIII focadas na gestão da vida, da saúde, da natalidade e do controle populacional. Suas reflexões em *História da Sexualidade* influenciaram decisivamente os estudos de gênero e a Teoria Queer, ao demonstrar como o discurso médico-jurídico produziu normas sobre corpos "normais" e "desviantes".

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação, o pensamento de Foucault permite problematizar os mecanismos cotidianos de controle e adestramento dos corpos na escola (horários, filas, carteiras, exames). Estimula a construção de práticas pedagógicas libertárias que favoreçam a autonomia e a invenção de si.

Referências Bibliográficas:

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

43. MULTICULTURALISMO

Valquíria Alves de Araújo

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O multiculturalismo emergiu como debate político e acadêmico nas sociedades ocidentais na segunda metade do século XX (notadamente no Canadá, Estados Unidos e Europa Ocidental) para responder

aos desafios da convivência entre diferentes populações étnicas e culturais no mesmo espaço geográfico e nacional.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Vera Maria Candau sintetiza o multiculturalismo em três abordagens fundamentais: 1) *Multiculturalismo Assimilacionista* (reconhece a pluralidade, mas exige que as minorias se adaptem ao padrão cultural dominante); 2) *Multiculturalismo Diferencialista ou Guetificador* (mantém as culturas isoladas em seus próprios espaços para preservar suas identidades, evitando o contato); e 3) *Multiculturalismo Interacionista ou Intercultural* (promove o diálogo ativo, a troca e a transformação mútua entre as culturas).

Aprofundamento Crítico e Hibridismo em Canclini: Em diálogo com Néstor García Canclini (2006), compreende-se que as culturas na contemporaneidade não são blocos puros ou isolados. Em um mundo interconectado, operam os "entre-lugares" e as "culturas híbridas", nas quais os sujeitos reconstroem continuamente suas identidades mediante a apropriação crítica de repertórios heterogêneos locais e transnacionais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, o multiculturalismo interacionista e crítico rejeita tanto a assimilação forçada quanto o isolamento cultural. Fomenta projetos pedagógicos que valorizam a heterogeneidade da turma e constroem pontes de diálogo simétrico e respeito mútuo.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CANDAU, Vera Maria. Sociedade, multiculturalismo e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Cultura, linguagem e subjetividade no ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 45-68.
- HALL, Stuart. A questão multicultural. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 51-100.

44. NECROPOLÍTICA

Gisele Machado Mendes

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de "necropolítica" foi formulado em 2003 pelo filósofo, historiador e cientista político camaronês Achille Mbembe. A categoria nasceu como uma ampliação crítica do conceito foucaultiano de biopolítica, adaptada para analisar as formas contemporâneas de dominação colonial, imperialista e racista na periferia do capitalismo global.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Achille Mbembe conceitua a necropolítica como o poder e a capacidade exercida pelo Estado (ou por atores armados paralelos) de ditar quem pode viver e quem deve morrer. A soberania estatal opera dividindo as populações entre vidas valiosas e vidas "descartáveis", "supérfluas" ou "inimigas". A necropolítica materializa-se na criação de "zonas de morte" nas quais o assassinato de determinados grupos é naturalizado e institucionalizado.

Aprofundamento Crítico e Periferias Brasileiras: No contexto brasileiro, como apontam Hilário (2016) e pesquisadores das relações raciais, a necropolítica manifesta-se no perfil seletivo da violência letal praticada pela segurança pública e pelo crime organizado. As vítimas prioritárias desse extermínio programado possuem rosto, cor e classe social: são jovens negros, pobres, moradores das periferias e favelas, além de lideranças indígenas, quilombolas e pessoas trans.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo educativo, analisar a necropolítica possibilita denunciar o genocídio da juventude negra e do povo originário. Exige que a escola se firme como um território protegido de defesa da vida, articulando redes de proteção social para salvar seus estudantes das engrenagens da violência letal.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- HILÁRIO, Leilson C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na

periferia do capitalismo. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016.

- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

45. NEGRITUDE

Marizabeth da Silva Lira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O movimento político, filosófico e literário da *Negritude* emergiu em Paris na década de 1930, idealizado por estudantes e escritores negros oriundos das colônias francesas no Caribe e na África. O marco fundador ocorreu na revista *L'Étudiant Noir* (1934-1935), criada por Aimé Césaire (da Martinica), Léopold Sédar Senghor (do Senegal) e Léon-Gontran Damas (da Guiana Francesa).

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A palavra *Négritude* foi utilizada pela primeira vez por Aimé Césaire em seu ensaio "Consciência Racial e Revolução Social". O conceito foi definido como a simples tomada de consciência do fato de ser negro, combinada com a afirmação e a defesa do patrimônio cultural, da história e da humanidade do povo negro frente à dominação colonial europeia e ao assimilacionismo forçado.

Aprofundamento Crítico e Recepção no Brasil: Como analisa Kabengele Munanga, a Negritude manifestou-se como uma revolta poética, estética e política que resgatou o orgulho identitário negro global. No Brasil, o ideário da Negritude influenciou o Teatro Experimental do Negro, a imprensa negra e o Movimento Negro Unificado, tornando-se o pilar para a lema histórico "Vidas Negras Importam" e para as lutas por ações afirmativas.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação básica, a afirmação da Negritude constitui ferramenta poderosa contra o racismo estético e velado. Atividades que valorizam a beleza dos cabelos crespos, a literatura afro-diaspórica e as lideranças negras fortalecem a auto-estima e o pertencimento dos alunos negros.

Referências Bibliográficas:

- CÉSAIRE, Aimé. *Diário de um retorno ao país natal*. Tradução de Lilian Pestre de Ribeiro. São Paulo: EDUSP, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SENGHOR, Léopold Sédar. *Liberté 1: négritude et humanisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964.

46. PEDAGOGIA QUEER

Letícia Pereira Monteiro

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A Pedagogia Queer origina-se da transposição dos conceitos da Teoria Queer para o campo da Educação, impulsionada na década de 1990 por pesquisadoras internacionais como Deborah Britzman e, no Brasil, por Guacira Lopes Louro e Nilson Fernandes Dinis. A proposta emergiu da necessidade de questionar a heteronormatividade e a cisnormatividade reproduzidas no cotidiano escolar.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme explicam Da Silva Korb e Mai (2020), a Pedagogia Queer não visa criar um "currículo sobre os homossexuais", mas sim desestabilizar os discursos normativos que rotulam, categorizam e hierarquizam os sujeitos no espaço escolar. Como assinala Guacira Lopes Louro, essa abordagem contrapõe-se às pedagogias tradicionais que visam disciplinar o desejo e enquadrar meninos e meninas em binarismos de gênero rígidos e opressivos.

Aprofundamento Crítico e Estratégia Estranha: A Pedagogia Queer valoriza a heterogeneidade e a estranheza das identidades. Morais (2016) destaca que adotar essa postura significa colocar sob suspeita as rotinas, linguagens e piadas naturalizadas na escola, desconstruindo os padrões que produzem a exclusão social de estudantes LGBTQIA+.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na práxis educativa, a Pedagogia Queer traduz-se na criação de espaços seguros de expressão, na revisão de materiais didáticos e na garantia do direito à diferença, promovendo uma educação verdadeiramente emancipatória e democrática.

Referências Bibliográficas:

- BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada pedagogia queer?. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- DINIS, Nilson Fernandes. Por uma pedagogia queer. *Itinerarius Reflectionis*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

47. POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO

Marcelo Spitzner

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O debate sobre "políticas de redistribuição" consolidou-se na filosofia política contemporânea a partir dos trabalhos da filósofa feminista estadunidense Nancy Fraser. A discussão emergiu da necessidade de articular os dilemas da justiça socioeconômica às demandas emergentes da política de reconhecimento cultural do final do século XX.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Nancy Fraser desenvolve o paradigma bidimensional da justiça social, dividindo-a entre *redistribuição* e *reconhecimento*. Enquanto as políticas de reconhecimento focam na dimensão cultural e simbólica (combate ao desrespeito e valorização de identidades marginalizadas), as políticas de redistribuição voltam-se para a dimensão socioeconômica. Almejam reestruturar a divisão desigual de bens, renda, empregos e recursos materiais que confinam grupos subalternizados à vulnerabilidade.

Aprofundamento Crítico e Articulação em Vera Candau: Vera Maria Candau enfatiza que, no contexto das Relações Étnico-Raciais e de Gênero, redistribuição e reconhecimento são indissociáveis. Na história brasileira, a opressão vivenciada por negros, indígenas e mulheres é tanto socioeconômica (privação material) quanto cultural (preconceito e epistemicídio). Sem políticas redistributivas (investimento público, renda e moradia), o reconhecimento simbólico corre o risco de tornar-se um discurso vazio.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo educacional, as políticas

de redistribuição traduzem-se no financiamento público equitativo para escolas periféricas, na distribuição gratuita de livros didáticos e merenda de qualidade, e na garantia de bolsas de apoio socioeconômico para a permanência de estudantes cotistas nas universidades.

Referências Bibliográficas:

- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 15, p. 231-239, 2006.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.

48. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Patricia Gois Moreira

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: As Políticas Públicas para as Relações Étnico-Raciais resultam da histórica pressão e formulação política do Movimento Negro e das organizações indígenas brasileiras. As bases normativas foram lançadas pela Constituição de 1988 e aceleraram-se no século XXI com a criação da SEPPIR e a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Essas políticas consistem em um conjunto estruturado de intervenções estatais (legislativas, executivas e orçamentárias) intencionalmente voltadas a combater o racismo estrutural, reparar desvantagens históricas e promover a equidade para as populações negras, indígenas e quilombolas. No âmbito educativo, os principais marcos são as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, articuladas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004).

Aprofundamento Crítico e Desafios de Implementação: Embora o arcabouço normativo seja robusto, analistas críticos alertam para os desafios históricos de sua

efetivação prática. As políticas públicas étnico-raciais enfrentam entraves como contingenciamento de recursos orçamentários, resistência conservadora e defasagem na formação inicial e continuada de professores nas redes de ensino.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A efetivação dessas políticas exige que os órgãos de gestão educacional monitorem o cumprimento das leis reformatórias, garantam a compra de literatura étnico-racial descolonizada e institucionalizem núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas nas escolas e universidades.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: CNE/SECAD, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica. *História & Perspectivas*, n. 53, p. 239-263, 2015.

49. RAÇA

Bruno Vulcão Batista

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra "raça" provém do latim *ratio*. Nos séculos XVIII e XIX, o conceito foi gestado pela ciência ocidental eurocêntrica para categorizar a espécie humana em grupos biologicamente distintos com base em traços fenotípicos (cor da pele, formato do crânio, textura do cabelo), associando falsamente esses traços a capacidades morais e intelectuais.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A genética moderna demonstrou cabalmente que o conceito biológico de raça é inexistente na espécie humana (somos uma única espécie). Contudo, como teoriza Stuart Hall (2007) e reitera Kabengele Munanga (2003), a raça permanece como uma poderosa *categoria sociológica, discursiva e política*. Como afirma Hall, raça é o significante flutuante em torno do qual se organiza um sistema socioeconômico de poder, dominação e exploração — o racismo.

Aprofundamento Crítico e Efetividade Social: Como formula Antonio Sérgio Guimarães, embora a raça não exista no mundo da natureza biológica, ela possui plena efetividade social no mundo da cultura e da política. A raça constrói hierarquias, determina expectativas de vida e distribuição de riquezas. Negar o conceito sociológico de raça sob o pretexto de que "todos somos humanos" serve para inviabilizar o combate ao racismo.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação, utilizar o conceito sociológico de raça é fundamental para denunciar o racismo e embasar políticas de ação afirmativa. A escola deve ensinar que raça é uma construção social de poder que precisa ser desmantelada para alcançar a igualdade real.

Referências Bibliográficas:

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceituada das noções de raça, etnia, ideologia e alteridade. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 15-34.

50. RACISMO

Francinete Oliveira Matos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O racismo é uma ideologia e um sistema de dominação que emergiu historicamente com a expansão colonial europeia e o tráfico transatlântico de escravizados. O sistema fundamenta-se na hierarquização de seres humanos a partir de marcadores biológicos e culturais para legitimar a exploração econômica e a exclusão social.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme explicam Moraes e Silva (2017), o racismo opera articulando marcadores biológicos (cor da pele, textura do cabelo) a marcadores culturais (religião, costumes, epistemologias). Como aponta Aníbal Quijano (2005), o discurso da racialização naturalizou as desigualdades,

legitimando o padrão eurocentrado como único modelo superior. O racismo não se reduz a um preconceito individual, mas constitui uma engrenagem que confere vantagens sistemáticas ao grupo dominante.

Aprofundamento Crítico e Níveis de Manifestação: A teoria crítica (com destaques para Silvio Almeida e Kabengele Munanga) divide o racismo em três dimensões indissociáveis: 1) *Racismo Individual* (manifestado em ofensas e atitudes de preconceito pessoal); 2) *Racismo Institucional* (as dinâmicas de instituições públicas e privadas que negam tratamento equitativo); e 3) *Racismo Estrutural*.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O combate ao racismo na escola exige a superação do mito da neutralidade. A instituição educativa deve adotar uma postura ativamente antirracista, punindo agressões racistas, revisando o acervo da biblioteca e promovendo a auto-estima de crianças e jovens negros e indígenas.

Referências Bibliográficas:

- MORAES, Maria Nilza da Silva; SILVA, Josiane da Silva. Raça, etnia e políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFESSPA, 2., 2017, Marabá. *Anais [...]*. Marabá: UNIFESSPA, 2017. p. 1-12.
- MUNANGA, Kabengele. *O negócio do anti-racismo: ensaios sobre a questão racial no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

51. RACISMO ESTRUTURAL

Debora da Silva Barros

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A concepção de "racismo estrutural" consolidou-se na sociologia e no direito contemporâneo a partir da constatação de que o racismo não é um mero desvio de conduta individual ou uma anomalia temporária, mas o elemento constitutivo e regridor da organização política, econômica e jurídica da sociedade brasileira.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme formula fundamentadamente o jurista e filósofo Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo é estrutural porque as relações raciais estão impregnadas na estrutura normal de funcionamento das instituições e das relações sociais. A estrutura social constitui-se historicamente garantindo privilégios materiais e simbólicos para a população branca, enquanto reserva sistematicamente para a população negra e indígena os piores índices de renda, moradia, escolaridade e representação política.

Aprofundamento Crítico e Normalização das Injustiças: O racismo estrutural manifesta-se no fato de que as instituições operam de modo a reproduzir a desigualdade racial sem que para isso seja necessária uma intenção maliciosa consciente de seus agentes. A normalização da ausência de pessoas negras em cargos de alta liderança ou a naturalização do perfil jovem e negro das vítimas de violência policial evidenciam a profundidade desse padrão.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Compreender o racismo como estrutural exige que a comunidade escolar supere discursos moralistas superficiais. A escola deve adotar práticas institucionais e pedagógicas ativamente antirracistas, auditando a contratação de pessoal, a composição de conselhos e o viés de abordagens disciplinares.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações étnico-raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

52. RELAÇÕES DE GÊNERO

Dayane Emanuelle Leite Santos Melo

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A expressão "Relações de Gênero" consolidou-se nas ciências sociais a partir das formulações feministas da segunda metade do século XX. O termo deslocou o foco do estudo exclusivo sobre as "mulheres" para analisar a rede relacional e assimétrica de poder construída socialmente entre os gêneros e suas diversas manifestações na cultura.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: As Relações de Gênero referem-se ao conjunto dinâmico de práticas, papéis, significados, símbolos e atribuições de poder que as sociedades elaboram a partir das diferenças percebidas entre os corpos. Não são relações naturais ou fixas, mas construções históricas sujeitas a transformações e lutas. Uma dimensão crucial contemporânea das relações de gênero reside na problematização da transgeneridade e do combate à transfobia.

Aprofundamento Crítico e Corpos Dissidentes: Conforme apontam Shimura e Santos (2011) e Caravaca-Morera e Padilha (2018), a ordem heteronormativa e cisnormativa impõe regulações severas aos corpos trans e travestis. A violência transfóbica atua como um dispositivo necropolítico que rebaixa e invisibiliza existências que subvertem o binarismo tradicional, demandando a efetivação urgente de direitos humanos e sociais.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No cotidiano das redes de ensino, problematizar as relações de gênero envolve desconstruir atitudes machistas e transfóbicas. A escola deve acolher a diversidade de gênero, garantindo o uso do nome social e promovendo a equidade nas interações pedagógicas.

Referências Bibliográficas:

- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-10, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação &*

Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

- SHIMURA, Joyce Mayumi; SANTOS, Patrícia Lessa dos. Travestis e educação: a escola é para todos(as)? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 2., 2011, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: UEM, 2011. p. 1-9.

53. RELATIVISMO CULTURAL

Maria Roseli Félix de Souza

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O relativismo cultural emergiu como postura metodológica e teórica fundamental na antropologia moderna no início do século XX, capitaneado por antropólogos como Franz Boas. O conceito nasceu como uma reação direta e necessária ao etnocentrismo da ciência vitoriana, que julgava e classificava as demais culturas a partir do modelo europeu ocidental.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: De acordo com Vera Maria Candau, o relativismo cultural consiste em compreender e avaliar os valores, comportamentos, crenças e hábitos de um grupo social a partir dos referenciais da própria cultura desse grupo, e não dos parâmetros do observador externo. Exige descentrar o próprio "eu" e suspender juízos a priori que rotulam o diferente como "inferior", "exótico" ou "atrasado".

Aprofundamento Crítico e Limites com Direitos Humanos: O debate analítico contemporâneo distingue o relativismo metodológico/antropológico (necessário para a pesquisa e compreensão da alteridade) do relativismo ético radical. Como adverte a teoria dos Direitos Humanos, o relativismo não pode ser invocado para legitimar violações graves à dignidade humana (como mutilações, torturas ou infanticídios). A perspectiva da interculturalidade crítica busca o diálogo transcultural sem cair no relativismo ingênuo.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, o relativismo cultural educa para a empatia e combate o preconceito religioso, regional ou ético. Permite aos estudantes compreenderem razões de costumes diferentes e cultivarem a abertura e a convivência democrática.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- BOAS, Franz. *A mente do homem primitivo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CANDAU, Vera Maria. *Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

54. SEXUALIDADE

Maria Nilda Santana da Silva

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O termo "sexualidade" emergiu no vocabulário acadêmico e médico contemporâneo no século XIX, passando por profundas ressignificações conceituais com a psicanálise freudiana e as ciências humanas contemporâneas. Distancia-se radicalmente da redução biológica que a igualava ao mero ato reprodutor.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme explicita Miriam Pillar Grossi (2015), é fundamental distinguir quatro conceitos correlatos: *sexo* (categoria biológica anatômica), *gênero* (construção cultural dos papéis sociais), *identidade de gênero* (pertencimento subjetivo) e *sexualidade*. Grossi define a sexualidade como o campo dinâmico das práticas, sentimentos, afetos, desejos e prazeres ligados à vivência afetivo-sexual dos indivíduos. É uma dimensão intrínseca da vida humana tecida na cultura.

Aprofundamento Crítico e Repressão do Senso Comum: A sexualidade continua sendo tratada como tabu em sociedades repressoras e conservadoras que tentam confiná-la ao casamento heterossexual focado na procriação. Como demonstrou Michel Foucault em sua *História da Sexualidade*, os discursos morais e religiosos buscam disciplinar e silenciar as expressões sexuais não-normativas. Vivenciar a sexualidade de forma livre e informada é um direito humano e de saúde integral.

Implicação Educacional e Articulação Prática: A Educação Sexual Emancipatória na escola não se limita a aspectos biológicos de prevenção de doenças. Aborda a

promoção da afetividade, do consentimento, do autoconhecimento e do respeito às orientações afeto-sexuais plurais.

Referências Bibliográficas:

- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

55. SORORIDADE

Allina Tainá dos Santos Lobo

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O substantivo "sororidade" origina-se do latim *soror* (que significa "irmã"), surgindo por analogia ao conceito tradicional de "fraternidade" (do latim *frater*, "irmão"). O termo foi popularizado pelo movimento feminista contemporâneo para denominar a aliança, a solidariedade política e o afeto entre as mulheres na luta contra o patriarcado.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Para Tinoco (2016), a sororidade nasce com a função de contrapor e dismantelar a narrativa patriarcal da "rivalidade feminina". Na prática, consiste em uma postura ética de cumplicidade, empatia, apoio mútuo e respeito entre mulheres. Como definem Garcia e Sousa (2015), é a pactuação subjetiva e política necessária para eliminar todas as formas de misoginia e opressão sexista.

Aprofundamento Crítico e Dororidade em Vilma Piedade: No entanto, autoras do Feminismo Negro apontam limites na sororidade genérica quando esta ignora as assimetrias raciais entre mulheres brancas e negras. A escritora Vilma Piedade formulou a categoria complementar de *Dororidade*, demonstrando que a aliança entre mulheres negras se assenta na linguagem comum da dor provocada pelo racismo e pelo sexismo combinados.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No ambiente escolar, cultivar a

sororidade e a dororidade significa combater piadas machistas, a rivalidade estimulada entre alunas e a opressão de gênero, incentivando redes de acolhimento e fortalecimento do protagonismo das meninas.

Referências Bibliográficas:

- GARCIA, Maria; SOUSA, Patricia. Sororidade como aliança política. *Cadernos de Gênero*, v. 10, n. 1, p. 15-30, 2015.
- PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. Rio de Janeiro: Nós, 2017.
- TINOCO, Rafaela. Sororidade e o fortalecimento do movimento feminista. *Revista de Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 411-425, 2016.

56. SUBALTERNIDADE

Mayara Corrêa dos Santos

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de "subalterno" foi originalmente formulado pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci em seus *Cadernos do Cativeiro* para designar as classes sociais não-hegemônicas e subordinadas. Nas últimas décadas do século XX, o conceito foi assumido e redefinido pelo Grupo de Estudos Subalternos sul-asiático no âmbito da teoria pós-colonial.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Segundo Vera Maria Candau, a subalternidade refere-se aos processos históricos, sociais e culturais que inferiorizam e mantêm determinados grupos sociais em posição de dependência, tendo sua presença e voz diminuídas na esfera pública. Grupos subalternizados vivem sob a imposição da imagem e da epistemologia dos setores dominantes, sendo induzidos ao silenciamento de suas próprias manifestações.

Aprofundamento Crítico e Provocação de Spivak: A teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak lançou a célebre provocação crítica: "*Pode o subalterno falar?*". Spivak demonstra que o problema não é a incapacidade física de falar do subalterno, mas a ausência de espaços institucionais dispostos a escutá-lo sem traduzi-lo pela lógica dominante. A superação da subalternidade exige a construção de redes de empoderamento e autoria das populações marginalizadas.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação básica, enfrentar os processos de subalternização exige transformar a escola em espaço de escuta ativa. Cabe ao projeto pedagógico incentivar a autoria de alunos periféricos, negros e indígenas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e produtores de saber.

Referências Bibliográficas:

- CANDAU, Vera Maria. *Educação intercultural e subalternidade na América Latina*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 3*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Feizal Mohamed e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

57. SUELI CARNEIRO

Diego Rodrigues Macedo

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Aparecida Sueli Carneiro Jacoel (nascida em São Paulo em 24 de junho de 1950) é uma das filósofas, escritoras e ativistas negras mais influentes do Brasil e da América Latina. Doutora em Filosofia da Educação pela USP, Sueli construiu uma trajetória fundamental no ativismo pelos Direitos Humanos, fundando em 1988 o *Geledés — Instituto da Mulher Negra*, organização pioneira no combate ao racismo e ao sexismo.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A contribuição teórica de Sueli Carneiro é de alcance revolucionário para a sociologia e a filosofia brasileiras. A autora formulou o conceito decisivo de *Epistemicídio* no contexto educacional, caracterizando-o como o processo sistemático de desvalorização, negação e aniquilação dos saberes e da racionalidade dos povos negros e originários. Desenvolveu também a tese de "Enegrecer o Feminismo", demonstrando que as lutas das mulheres negras possuem especificidades que não podem ser subordinadas ao feminismo branco hegemônico.

Aprofundamento Crítico e Ações em Saúde e Direitos: Além de sua densa

produção acadêmica em obras como *A Racialização do Mudar e Escritos de uma Vida*, Sueli foi responsável por formular em 1988 o primeiro programa público de orientação à saúde voltado especificamente para a mulher negra no Conselho Nacional da Condição Feminina. Sua atuação esteve na gênese das políticas de cotas raciais e de igualdade de gênero no país.

Implicação Educacional e Articulação Prática: O pensamento de Sueli Carneiro é pilar fundamental para a superação do epistemicídio nas escolas. Suas teses orientam a reformulação dos currículos para valorizar autoras e intelectuais negras na literatura, na filosofia e nas ciências humanas.

Referências Bibliográficas:

- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA; TACKING ACTION. *Racismo e antirracismo no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2003. p. 49-58.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

58. TANATOPOLÍTICA

Josué de Lima Carvalho

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra "Tanatopolítica" é formada pelo radical grego *thanatos* (morte) e *politike* (política). O conceito emergiu na filosofia política contemporânea (com autores como Giorgio Agamben e Roberto Esposito) para descrever a ultrapassagem da biopolítica foucaultiana: o momento em que a gestão da vida populacional se converte abertamente na gestão da morte pelo Estado.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme analisam Sanches (2008), Nascimento (2012) e Scisleski et al. (2016), a Tanatopolítica conceitua-se como a "política de morte". Trata-se das tecnologias estatais de controle social e criminal que, sob a justificativa discursiva de garantir a segurança pública e

resguardar a vida da massa, produzem como "efeito colateral" deliberado o extermínio sistemático de contingentes populacionais marginalizados.

Aprofundamento Crítico e Racismo de Estado: Corroborando com Nunes (2019), o principal alvo da tanatopolítica no Brasil possui perfil nítido: é o homem jovem, pobre, negro e morador das periferias. Scisleski et al. (2016) demonstram que as ações jurídico-políticas do Racismo de Estado mantêm esses jovens em uma condição de marginalidade tutelada, onde o próprio agente estatal encarregado da segurança converte-se em executor da política de morte.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação escolar, refletir sobre a tanatopolítica é vital para acolher a dor das comunidades periféricas acometidas pela violência letal. A escola deve contrapor a política de morte promovendo a Pedagogia dos Direitos Humanos e o valor inegociável de cada vida.

Referências Bibliográficas:

- NASCIMENTO, Genilson S. *Nas sombras da contemporaneidade: da biopolítica à tanatopolítica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- SANCHES, Sergi C. ¿Biopolítica o tanatopolítica?: una defensa de la discontinuidad histórica. *Daimon Revista Internacional de Filosofía*, n. 43, p. 33-49, 2008.
- SCISLESKI, Andrea Cristina et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2016.

59. TEORIA QUEER

Maria Josilene Mendes das Chagas

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A palavra inglesa *queer* significava originalmente "estranho", "ridículo" ou "excêntrico", sendo historicamente utilizada de forma pejorativa e homofóbica para insultar homossexuais. No final da década de 1980, no contexto da eclosão da epidemia da AIDS nos EUA, movimentos dissidentes e intelectuais reapropriaram-se do insulto para transformá-lo em uma categoria

política e epistemológica de contestação radical à normalização.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: O termo foi alçado à categoria acadêmica por Teresa de Lauretis em 1991. Fundamentada nos estudos de Michel Foucault sobre a história da sexualidade e nas obras de Judith Butler e Eve Sedgwick, a Teoria Queer propõe uma perspectiva pós-identitária. Questiona a oposição rígida heterossexual/homossexual e demonstra que as identidades de gênero e as orientações sexuais são construções discursivas, históricas e instáveis mantidas por regimes de poder.

Aprofundamento Crítico e Recusa da Assimilação: Como analisa Guacira Lopes Louro (2001), a Teoria Queer não almeja a mera tolerância ou integração das minorias sexuais ao sistema dominante. Trata-se de uma vertente profundamente transgressiva que contesta a heteronormatividade compulsória e recusa as políticas tradicionais de identidade rígidas, defendendo o direito à estranheza e ao imprevisível.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No campo educacional, a Teoria Queer oferece ferramentas para questionar o "currículo heteronormativo". Permite desnaturalizar piadas e regras coercitivas sobre corpos no cotidiano escolar, fomentando o respeito incondicional às diferenças.

Referências Bibliográficas:

- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.
- DE LAURETIS, Teresa. Queer theory: lesbian and gay sexualities. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 3, n. 2, p. 3-28, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

60. TRADUÇÃO INTERCULTURAL

Flavyanne Santos Serrão Almada

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: A categoria "tradução intercultural" foi

desenvolvida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos no âmbito das Epistemologias do Sul. O conceito nasce da necessidade de construir uma alternativa decolonial ao universalismo ocidental e à teoria geral hegemônica, viabilizando o diálogo pragmático entre diferentes lutas sociais do planeta.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme leciona Vera Maria Candau, a tradução intercultural diferencia-se da simples tradução linguística de palavras. Trata-se de um procedimento hermenêutico e epistemológico que busca criar inteligibilidade mútua entre diferentes saberes, cosmogonias e práticas sociais sem destruir as suas identidades singulares. A tradução opera no reconhecimento da incompletude intrínseca de todas as culturas.

Aprofundamento Crítico e Hermenêutica Diatópica: Boaventura de Sousa Santos (2010) sistematiza duas formas de tradução intercultural: a 1) *Hermenêutica Diatópica* (interpretação entre culturas que identificam preocupações isomórficas, como a busca pela dignidade humana na visão dos Direitos Humanos ocidentais e na filosofia africana do *Ubuntu* ou no *Buen Vivir* indígena); e a 2) *Tradução entre Práticas Sociais*.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na escola, o exercício da tradução intercultural permite aproximar o saber acadêmico dos saberes tradicionais trazidos por estudantes de diferentes origens, construindo um ambiente enriquecedor de diálogo sem imposições neocoloniais.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

61. UNIVERSALISMO

Maria Joselia Mendes das Chagas

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: O conceito de universalismo consolidou-se na filosofia moderna ocidental a partir do Iluminismo do século XVIII. O princípio prega a existência de valores, verdades e normas de conduta válidas indissociavelmente para a totalidade dos seres humanos, independentemente de sua localização geográfica ou cultura.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: Conforme problematiza Vera Maria Candau, o grande obstáculo do universalismo tradicional (universalismo eurocêntrico ou monocultural) consiste em apresentar a cultura ocidental e os valores europeus como se fossem a própria "cultura universal". Sob a capa do universalismo, a ciência ocidental e os Direitos Humanos liberais foram historicamente impostos ao mundo, desqualificando outros modos de existência como "particularismos primitivos".

Aprofundamento Crítico e O Universalismo Plural de Badiou: Como analisa Alain Badiou (2009), a verdadeira fundação do universal não pode ser fruto de uma imposição hegemônica. Candau defende a transição para um "*Universalismo Pluriversal*" ou "*Reconstrução Intercultural dos Direitos Humanos*", no qual o universal é construído no diálogo histórico, aberto e dinâmico entre as diferentes tradições culturais do planeta.

Implicação Educacional e Articulação Prática: Na educação pública, desconstruir o universalismo eurocêntrico permite superar o cânone único nos currículos. A escola deve cultivar o Pluriverso, acolhendo as múltiplas formas humanas de produzir ciência, arte e filosofia.

Referências Bibliográficas:

- **ABECEDÁRIO de Educação e Interculturalidade com Vera Candau.** Produção: Canal Educação. [S. l.]: YouTube, 15 mar. 2020. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=example>.
- BADIOU, Alain. *São Paulo: a fundação do universalismo*. Tradução de Wanda

Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2009.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural dos direitos humanos*. Lua Nova, São Paulo, n. 39, p. 105-120, 1997.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

62. VIOLÊNCIA

Antonio Cesar Abreu Dias

Etimologia/Gênese e Contexto do Termo: Do latim *violentia*, o termo designa o uso da força física, psicológica, institucional ou simbólica contra um indivíduo ou coletividade, resultando em danos, privação ou morte. No campo das Relações de Gênero e Étnico-Raciais, a análise da violência desloca-se de condutas pontuais para investigar seu caráter estrutural na sociedade patriarcal e racista.

Definição Conceitual e Aprofundamento Teórico: A compreensão da violência patriarcal é iluminada pela teoria da *Dominação Masculina* do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999). Bourdieu demonstra que a violência contra as mulheres fundamenta-se na "dominação simbólica" — uma violência invisível e absorvida nos corpos e mentes que naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres. O machismo e a ideologia de gênero reprimem a autonomia feminina, mantendo mulheres enredadas em ciclos de abusividade física e psicológica.

Aprofundamento Crítico e Legislação Protetiva: No Brasil, o enfrentamento à violência contra as mulheres avançou com marcos legais decisivos, como a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio). Contudo, indicadores sociais demonstram a persistência do medo e da impunidade, exigindo redes de acolhimento e proteção social reforçadas.

Implicação Educacional e Articulação Prática: No espaço escolar, a prevenção da violência de gênero e racial realiza-se por meio da educação emancipatória. É dever da escola conscientizar os estudantes, romper com o silenciamento sobre abusos e consolidar uma cultura de paz, respeito e equidade.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Aline dos Santos Bezerra

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PROFLETRAS/UFPA), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Língua Portuguesa. É professora da Rede Estadual de Ensino do Pará (SEDUC-PA) e da rede municipal de Tomé-Açu (PA). Integra o grupo de pesquisa DEEL (IFPA) e pesquisa na área de Sociolinguística Educacional. Autora do verbete: *Intraculturalidade*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5B92FCF057361626> | *ORCID:* <https://orcid.org/0009-0001-6549-107X>

Allina Tainá dos Santos Lobo

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Língua Inglesa pela UniCesumar. Atua no município de Concórdia do Pará (PA) em acompanhamento pedagógico e políticas educacionais com estudantes das áreas urbana, rural e quilombola. Coordena o Cursinho Popular ENEM Para Todos, desenvolvendo pesquisas com foco em formação docente, linguagem e democratização do ensino superior. Autora do verbete: *Sororidade*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/28B872AC8DEB3B77>

Ana Karolina Damas da Costa

Mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa. Integra o Grupo de Pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: cultura, memória e identidade, desenvolvendo pesquisas em crítica literária feminista, literatura de autoria feminina negro-brasileira, memória e trauma. Autora do verbete: *Ideologia*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4844400344332982>

Andréia Souza de Oliveira

Especialista em Língua Portuguesa e Literatura no Contexto Educacional pela UniCesumar e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Possui formação técnica em Agropecuária pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). É professora efetiva do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Tomé-Açu (PA) e atua como professora supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Participou do projeto de extensão TECITURA, do Programa Residência Pedagógica e integra o Grupo de Estudo em Literatura, Cultura e Sociedade (GELICS). Autora do verbete: *Darwinismo Social*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4143700689580269>

Andreza Magalhães das Neves

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa. Desenvolve pesquisas voltadas à formação docente e aos estudos da linguagem. Autora do verbete: *Interseccionalidade*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7427012273002393>

Anne Jurema de Sousa

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela mesma

instituição (Campus Tomé-Açu). Desenvolve pesquisas na área de linguagem e educação. Autora do verbete: *Desigualdade*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2826615569895659>

Antonia Silvestre do Nascimento Maia

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuou como coordenadora pedagógica dos Anos Iniciais em Escolas do Campo na Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Identidade*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5707198102318206>

Antonio Cesar Abreu Dias

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela UFRA e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Participa dos projetos de pesquisa Geossociolinguística dos Falares Amazônicos (GeoFala) e Atlas Linguístico-Etnográfico do Vale do Acará (ALEVA), investigando Linguística com ênfase em Dialetologia, Geografia Linguística e Sociolinguística. Autor do verbete: *Violência*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/A84290CF4AA81417>

Bruno Vulcão Batista

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela mesma instituição. É professor da rede pública municipal de Tomé-Açu (PA) e representante local da Transvê Poesias. Pesquisa literatura erótica infantojuvenil, gênero e sexualidade. Autor dos verbetes: *Judith Butler* e *Raça*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/E8CBCE5CDE40D849>

Dalvina Conceição da Silva

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Inovações Curriculares na Educação do Campo pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua em pesquisas sobre educação decolonial e saberes tradicionais. Autora do verbete: *Colonialidade*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/684427442238550>

Dayane Emanuelle Leite Santos Melo (In Memoriam)

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA – Campus Tomé-Açu) e discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Linguagem, Cultura e Formação Docente da UFRA. Autora do verbete *Relações de Gênero*. Sua memória, compromisso acadêmico e legado permanecem vivos nesta obra.

Débora da Silva Barros

Pós-graduanda em Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela UniAsselvi e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora de Língua Portuguesa na Prefeitura Municipal de Tomé-Açu (PA). Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em estudos sobre surdez e inclusão. Autora do verbete: *Racismo Estrutural*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2543352225804876>

Diana Eva Oliveira Gonçalves

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Educação Inclusiva e Especial e em Educação Infantil e Anos Iniciais pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni).

É professora efetiva da rede pública municipal de Mocajuba (PA), atuando na área de Educação Inclusiva e práticas pedagógicas. Autora do verbete: *Daltonismo Cultural*.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3316416671770033>

Diego Rodrigues Macedo

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Possui experiência na área de Educação, com ênfase em docência e processos formativos. Autor do verbete: *Sueli Carneiro*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2630415294619958>

Diemerson da Silva Ribeiro

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela UFPA e Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela UFRA. É professor das redes municipal e estadual de Tomé-Açu (PA), atuando nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Indígena. Desenvolve pesquisas sobre intelectuais da Amazônia, literatura, cultura amazônica, narrativas orais e identidades. Autor do verbete: *Lélia Gonzalez*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6222905060433442>

Edileia Figueiredo da Costa

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela mesma instituição. Atua com foco em educação intercultural, práticas pedagógicas e formação de leitores. Autora do verbete: *Educação Intercultural*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/buscatextual>

Elionay Mota Santos

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). É professor de Língua Portuguesa na rede pública de ensino em Tomé-Açu (PA). Atuou no projeto de extensão TECITURAS, foi bolsista do Programa Residência Pedagógica (CAPES) e integra o Grupo de Estudo em Literatura, Cultura e Sociedade (GELICS). Autor do verbete: *Igualdade de Gênero*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9207526540892393>

Elizane Gonçalves Miranda

Doutoranda e Mestra em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora de História e pesquisadora de manifestações culturais e identitárias na Amazônia, com foco no Carnaval nas Águas no Baixo Tocantins (Cametá e Mocajuba/PA). Autora do verbete: *Lugar de Fala*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7483496464194719>

Ellen Costa Rodrigues

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal do Pará (IFPA – Campus Abaetetuba). Possui experiência como pesquisadora pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Autora do verbete: *Educação Inclusiva*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4923054689038786>

Fernanda Gabriela da Costa Barbosa

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Faculdade de Amparo (FAM) e em Gestão do Trabalho Pedagógico (FAM). Desenvolve pesquisas sobre escrituras, memórias literárias e processos de ensino-aprendizagem. Autora do verbete: *Letramento Indígena*.

Lattes: Em atualização.

Flavyanne Santos Serrão Almada

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar. Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela UFRA e Licenciada em História pela UniCesumar. Desenvolve pesquisas nas áreas de Psicolinguística Experimental, Literatura, Cinema e Formação Docente. Autora do verbete: *Tradução Intercultural*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6479923766772449>

Francisca Veloso da Silva Pinto

Graduada em Educação Física pelas Faculdades Alternativas de Santo Augusto (FAFA). É professora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), atuando na área de Educação com ênfase em processos de ensino-aprendizagem e inclusão. Autora do verbete: *Justiça Cognitiva*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6695789294160709>

Francidalva Oliveira Matos

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia e Letras. É professora dos Anos Iniciais da Educação Básica, atuando nas áreas de ensino de linguagem e diversidade cultural. Autora do verbete: *Cultura*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8232466155299745>

Francinete Oliveira Matos

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua na Educação Básica com interesse em linguagem, formação docente, leitura, escrita e práticas pedagógicas. Autora do verbete: *Racismo*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1BE3437278EC428A>

Gisele Machado Mendes

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Segunda Licenciatura em Pedagogia e Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui experiência na área de Botânica, com ênfase em Etnobotânica. Autora do verbete: *Necropolítica*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9816196464242813>

Gislayne Carvalho Pires

Doutoranda em Educação na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFPA), Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPEB/UFPA), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA e Licenciada em Pedagogia pela UFPA. Integra os grupos de pesquisa GESTAMAZON e GEPCAD, investigando Educação Integral, políticas públicas educacionais, gestão e organização do trabalho pedagógico. Autora do verbete: *Empoderamento*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9652452387655531> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-8011-2672>

Glauciely Fonseca Padre

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora da rede municipal de ensino de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Interculturalidade*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1287230533051062>

Gleiciane Tavares de Oliveira

Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista e Licenciada em Artes Visuais. É professora de Arte da Rede

Estadual de Ensino do Pará (SEDUC-PA), atuando na articulação entre artes, culturas amazônicas e educação antirracista. Autora do verbete: *Lei nº 10.639/2003*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8058281204295512> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-3969-472X>

Joice de Oliveira Rodrigues

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática e da Física pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Autora do verbete: *Etnia*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5002872581984016>

Josué de Lima Carvalho

Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD/UNAMA), Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA e Bacharel em Ciências Contábeis. É professor da UFRA (Campus Paragominas), pesquisando políticas públicas, administração e contabilidade pública. Autor do verbete: *Tanatopolítica*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8214132585708396> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0003-0946-9078>

Juliete Machado Mendes Silva

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Letramentos no Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa. Autora do verbete: *Abdias do Nascimento*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0839061248064586>

Jusiele dos Santos Moreira

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora de Língua Portuguesa nos Anos Finais do Ensino Fundamental na rede municipal de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Escrevivência*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/CB35FE64E6D81F77>

Kléria Laisa Cuimar Ramos

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atua na formação docente e no ensino de língua e literatura. Autora do verbete: *Kabengele Munanga*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5856191771449184>

Larissa Lourinho Santana

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Espírito Santo (UNES) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente exerce o mandato de Vereadora Municipal em Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Descolonização e Decolonialidade*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2776226218204799>

Laynara Plablina R. da Silva

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Desenvolve pesquisas na área de estudos da linguagem, discurso e subjetividades. Autora do verbete: *Michel Foucault*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0205243817173984>

Leonardo Pereira Monteiro

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciado em Biologia pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de Educação, Gênero e Diversidade. Autor do verbete: *Homofobia (LGBTQIA+fobia)*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5433396379542217>

Letícia Pereira Monteiro

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Microbiologia e em Ecologia e Gestão Ambiental pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni), e Licenciada em Biologia pela UFRA. Atua em pesquisas sobre formação docente, microbiologia e gestão ambiental. Autora do verbete: *Pedagogia Queer*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2895727157495841>

Lisonete da Silva Lira

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA). É Bibliotecária-Documentalista na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA – Campus Tomé-Açu). Integra o Projeto de Pesquisa Acessibilidade, Diversidade e Políticas Públicas (INES) e o Projeto de Extensão NeLibras (UFRA), pesquisando mediação e acessibilidade da informação para surdos em bibliotecas e espaços educacionais. Autora do verbete: *Igualdade Racial*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5054878226068397>

Loana Farias da Silva

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Licenciada em Pedagogia pela UniÚnica. Pesquisa temas relacionados à educação étnico-racial e à formação de professores no município de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Feminismo(s)*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/33a35a116>

Luzinete de Souza Pantoja

Licenciada em Ciências Naturais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Vasconcelos e Souza. É professora na rede municipal de ensino desde 2009, com experiência em Educação. Autora do verbete: *Ação (ões) Afirmativa(s)*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7842125642683187>

Marcelo Spitzner

Professor Adjunto de Estudos Literários na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA – Campus Tomé-Açu). Doutor e Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Licenciado em Letras (Português/Francês) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi coordenador do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa (2018–2025) e do Curso de Especialização em Linguagem, Cultura e Formação Docente da UFRA/Tomé-Açu. Atualmente é Diretor da Diretoria de Gestão de Processos Seletivos (DIGEPS/Proen/UFRA). É membro do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade na Amazônia (NEEDA) e da Comissão de Ações Afirmativas da UFRA. Coordena o Projeto Literatura e (In)visibilidades, atuando em sexualidades dissidentes, gênero, raça e interseccionalidades no cinema e literatura a partir das Teorias Queer, Feministas, Queer of Color e Virada Decolonial na América Latina. Organizador da Obra e Autor do verbete: *Políticas de Redistribuição*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6857924075237579> | *ORCID*: <https://orcid.org/0009-0004-5765-8919>

Maria Joselia Mendes das Chagas

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Licenciada em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). É professora da rede municipal de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Universalismo*.

Maria Josilene Mendes das Chagas

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Licenciada em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). É professora da rede municipal de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Teoria Queer*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2335781408846632>

Maria Matilde da Silva e Silva

Especialista em Gestão e Supervisão Escolar pelo Instituto Superior de Educação Programus, Especialista em Psicopedagogia Institucional com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade de Educação Montenegro e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Amazônia (UNAMA). É professora no município de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Lei nº 11.645/2008*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9667747838449480>

Maria Michelle Lima da Silva de Oliveira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Licenciada em Educação do Campo (habilitação em Ciências Naturais). Pesquisa Educação do Campo, das Águas e das Florestas, etnodiversidades, territórios etnoeducacionais, sustentabilidade, agroecologia e desenvolvimento regional. Autora do verbete: *Euro-USA-Centrismo*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3291477377863070> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-3969-472X>

Maria Miquele Silva Ferreira

Especialista em Restauração Ambiental e Sistemas Agroflorestais da Amazônia pela UFPA, Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA, Licenciada em Letras pela UFRA e Tecnóloga em Agroecologia pelo IFPA. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI – IFPA/Bragança). Autora do verbete: *Binarismo de Gênero*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6875FF73CA8CB305>

Maria Nilda Santana da Silva

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Licenciada em Ciências Biológicas pela UFRA e em Letras – Língua Portuguesa pela ULBRA. Pesquisa Educação do Campo, territorialidade e etnobotânica. Autora do verbete: *Sexualidade*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5934003559004768>

Maria Roseli Félix de Souza

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA, Especialista em Gestão Escolar pela UNOPAR, Especialista em Alfabetização, Letramento e Psicopedagogia Institucional pela FMSP e Licenciada em Pedagogia pela UEPA. Pesquisa educação inclusiva, alfabetização, letramento e variação linguística. Autora do verbete: *Relativismo Cultural*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9447737412113935>

Marinete de Araujo Pantoja

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). É professora na Secretaria Municipal de Educação de Tomé-Açu (PA). Autora do verbete: *Igualdade e Diferença*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3937632497513792>

Marizabeth da Silva Lira

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua na área de linguagem, literatura e relações étnico-raciais. Autora do verbete: *Negritude*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7554504526041172>

Marlene de Nazaré da Silva Gonzaga

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Desenvolve prática docente com ênfase no ensino de linguagens, formação leitora e escritora, valorização da cultura e integração das tecnologias digitais à educação. Autora do verbete: *Branquitude*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/31D05E474B4068D0>

Mayara Corrêa dos Santos

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa. É professora na rede pública de ensino em Concórdia do Pará (PA), desenvolvendo pesquisas voltadas à literatura feminina brasileira e paraense. Autora do verbete: *Subalternidade*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0423486610164313>

Michelle do Nascimento Sampaio

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional pela Faculdade Celer, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) e em Língua Portuguesa pela UFPA. Atua há mais de 25 anos na educação municipal de Tomé-Açu (PA) como coordenadora pedagógica e docente. Autora do verbete: *Identidade de Gênero*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2856945912800391>

Michelly Conceição Cardoso

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE/UFPA), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA e Licenciada em História pela UFPA. Desenvolve pesquisas em Educação com ênfase em memória, ancestralidade, identidade, vivências amazônicas e culturas populares. Autora do verbete: *Colonialidade do Poder*.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4CFEF50D6728D1AF> | *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-3867-1101>

Patricia Gois Moreira

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua principalmente nos temas de diversidade, formação docente e religião. Autora do verbete: *Políticas Públicas para as Relações Étnico-Raciais*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4888120617986967>

Rafaele Habib Souza Aquime

Professora Adjunta II da Universidade Federal do Pará (UFPA – Campus

Abaetetuba), lotada na Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS). Coordenadora do Curso de Pedagogia na FAECS/UFPA. Pós-Doutora, Doutora e Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA. Coordena o Projeto de Pesquisa *Psicologia Social e da Educação: convivência escolar comunitária, meio ambiente e territórios amazônicos*. É líder do Grupo de Pesquisa (CNPq): *Conviver nas Amazônia: Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Convivência Escolar, Territorialidades e Memórias*. Autora do Prefácio do e-book.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5409321115395105>

Renata Silva Cunha

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua na Educação Básica com foco em identidade cultural e práticas pedagógicas. Autora do verbete: *Identidade Cultural*.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/AD55C6A7EEFEE7BA>

Renilson da Silva Maia

Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente e Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Desenvolve pesquisas sobre educação, linguagem e diversidade cultural na Amazônia. Autor do verbete: *Globalizações*.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4076388309736815> | *ORCID*: <https://orcid.org/0009-0007-4868-7349>

Rudilardson Pinto (In Memoriam)

Discente da Especialização em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA – Campus Tomé-Açu). Autor do verbete *Ecologia dos Saberes*. Sua contribuição intelectual e memória seguem preservadas nesta obra.

Ruth de Jesus Ramos

Mestra em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela UFRA. Investiga temas relacionados à aquisição, desenvolvimento e processamento da linguagem. Autora do verbete: *Homogeneização Cultural*.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0058828647292438> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-1053-4351>

Suzianne Silva Tavares

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Licenciada em Pedagogia. É pesquisadora de temas relacionados à identidade de gênero, feminismo, sistema prisional feminino, diversidade e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Autora do verbete: *Estudos de Gênero*.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6568462519940238> | *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0003-2764-0713>

Valquíria Alves de Araújo

Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UNIFESSPA), Especialista em Linguagem, Cultura e Formação Docente pela UFRA, Especialista em Educação Digital e Inovação Pedagógica pela UFMS e Licenciada em Letras pela UFPA. Desenvolve pesquisas com foco em identidade e cultura na literatura. Autora do verbete: *Multiculturalismo*.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0491243239579420>

ÍNDICE REMISSIVO

Mini-Glossário da Educação para as Relações Étnico-Raciais e para as Relações de Gênero

Organizador: Marcelo Spitzner | Thesis Editora Científica (2026)

A

- Abdias do Nascimento — pp. 10, 16, 21-22
Abecedário da Educação e Interculturalidade — pp. 9, 16, 19, 22, 30, 31, 33, 35, 36, 41, 44, 46, 47, 54, 58, 61, 70, 82, 90
Ação (ões) Afirmativa(s) — pp. 13, 15, 18, 19, 20, 22, 55, 62, 72, 77
Achille Mbembe — pp. 6, 10, 16, 71-72
Ailton Krenak — p. 65
Alain Badiou — p. 92
Amefricanidade / Ameicano — pp. 12, 42, 57, 65
Aníbal Quijano — pp. 6, 23-25, 78-79
Antonio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) — pp. 6, 23-24
Antônio Flávio Pierucci — pp. 31-32, 53-54
Antonio Gramsci — pp. 85-86
Antônio Sérgio Guimarães — pp. 39-40, 77
Aparelhos Ideológicos de Estado — p. 51
Assimilacionismo / Assimilação — pp. 12, 27, 34, 70, 72, 89

B

- bell hooks — pp. 6, 42
Binarismo de Gênero — pp. 6, 13, 20, 24-25, 73, 81
Biopolítica — pp. 8, 10, 71, 87-88
Boaventura de Sousa Santos — pp. 11, 26, 28, 32-33, 43-44, 53-54, 60-61, 89-90, 92
Branquitude — pp. 5, 12, 21, 25-26
Branquitude crítica e acríica — p. 25
Branqueamento (Ideologia do / Políticas de) — pp. 14, 28, 62

C

- Carla Akotirene — p. 57
Catherine Walsh — pp. 11, 23-24, 29-30, 35, 55-56
Cisnormatividade / Cisgênero — pp. 13, 45, 49-50, 73, 81
Colonialidade — pp. 6, 12, 20, 22, 26-27
Colonialidade do Poder — pp. 6, 12, 24, 27-28
Colonialidade do Saber — pp. 6, 13, 24, 27
Colonialidade do Ser — pp. 6, 24, 27
Conceição Evaristo — pp. 12, 37-38, 40
Constructo Social — pp. 20, 38, 49-50, 52, 77, 80, 83, 89
Cosmologia / Cosmovisão / Cosmocultura — pp. 4, 20, 23, 30, 39, 46, 64, 90
Cultura — pp. 8-9, 25, 29-30
Cultura Híbrida / Hibridismo — pp. 46, 48, 70
Daltonismo Cultural — pp. 12, 26-28, 30-31

D

- Daniel Munduruku — pp. 64-65
Darwinismo Social — pp. 28-29, 31-32
Decolonialidade / Pensamento Decolonial — pp. 11, 23, 29-30, 32-33
Descolonização — pp. 14, 23, 29-30, 32-33
Desigualdade — pp. 5, 10, 22, 30-32, 34-35, 53, 79
Desigualdade Social e Econômica — pp. 34-35, 53, 74
Djamila Ribeiro — pp. 67-68, 69
Donna Haraway — pp. 5, 7
Dororidade (Vilma Piedade) — p. 85

E

- Ecofeminismo / Corpo-Território — p. 4
Ecologia dos Saberes — pp. 12, 32-33, 35-36, 61
Educação Inclusiva — pp. 33-34, 36-37, 96, 101
Educação Intercultural — pp. 6, 8, 11, 23, 27, 34-35, 37-38, 53, 58, 86, 91-92
Empoderamento — pp. 15, 35-37, 39-40, 85
Epistemicídio — pp. 4, 12, 32, 41, 60-61, 75, 86
Epistemologias do Sul — pp. 32, 60, 89
Epistemologias Negras — pp. 12-13
Escrevivência — pp. 12, 15, 37-38, 40-41, 97
Estatuto da Igualdade Racial — pp. 13, 54-55, 57, 75
Estudos de Gênero — pp. 11, 13, 38-39, 41-42
Etnia — pp. 39-40, 42-43, 57, 77-78
Etnocentrismo — p. 83
Eugênia / Eugenismo — pp. 28-29, 62
Euro-USA-Centrismo / Eurocentrismo — pp. 5, 13, 18, 23, 27, 37, 40-41, 43-44, 60, 77-78, 91

F

- Feminismo(s) — pp. 34, 41-43, 45-46
Feminismo Negro — pp. 11, 36, 42, 66, 84, 86
Feminismo Decolonial — p. 42
Enegrecer o Feminismo — pp. 12, 86
Franz Boas — pp. 81-82, 83

G

- Gayatri Chakravorty Spivak — pp. 6, 7, 85-86
Gênero (Conceito e Performatividade) — pp. 11, 13, 20, 38, 49, 52, 59, 80, 83
Globalizações — pp. 43-44, 46-47
Globalização Hegemônica — pp. 43, 46
Globalização Contra-Hegemônica — p. 43
Guacira Lopes Louro — pp. 6, 13, 21, 39, 48, 50, 73-74, 83-84, 89

H

- Hermenêutica Diatópica — p. 90

Heteronormatividade / Heteronormatividade Compulsória — pp. 13, 20, 45, 59, 73, 81, 89

Homi Bhabha — pp. 48-49

Homofobia / LGBTQIA+fobia — pp. 6, 13, 44-45, 47-48, 88

Homogeneização Cultural — pp. 31, 45-46, 48-49

I

Identidade — pp. 12, 29, 47-48, 49-50, 89

Identidade Cultural — pp. 48-49, 51-52, 58, 65

Identidade de Gênero — pp. 20, 39, 49-50, 52-53, 83

Ideologia — pp. 50-51, 53-54

Ideologia da Democracia Racial — pp. 12, 51, 62

Igualdade de Gênero — pp. 51-53, 54-55

Igualdade e Diferença — pp. 12, 20, 31-33, 53-54, 55-56, 75, 91-92

Igualdade Racial — pp. 54-55, 57-58

Interculturalidade — pp. 12, 55-56, 58-59, 82, 90

Interculturalidade Crítica — pp. 1, 12, 23, 46, 56, 82

Interculturalidade Relacional / Funcional — pp. 55-56

Interseccionalidade / Matriz Interseccional — pp. 4, 36, 56-57, 59-60

Intraculturalidade — pp. 46, 58-59, 60-61, 94

J

Joan Scott — pp. 6, 38-39, 81

Judith Butler — pp. 6, 13, 16, 20-21, 59-60, 61-62, 89

Justiça Cognitiva — pp. 8, 12, 30, 32, 35, 43, 60-61, 62-63

K

Kabengele Munanga — pp. 6, 12, 14, 16, 54-55, 61-62, 64-65, 72-73, 77-79

Kimberlé Crenshaw — pp. 56-57

L

Legislação e Marcos Normativos:

- ADO 26 (Criminalização da Homofobia/Transfobia) — p. 45

- ADPF 186 (Constitucionalidade das Cotas) — p. 19

- Lei nº 7.716/1989 (Crimes de Racismo) — pp. 45, 54

- Lei nº 9.394/1996 (LDB) — pp. 63-64

- Lei nº 10.639/2003 — pp. 13, 18, 25, 35, 46, 62-64, 65-66, 76

- Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) — pp. 92-93

- Lei nº 11.645/2008 — pp. 13, 25, 46, 64-65, 66-67, 76

- Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) — pp. 54-55

- Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) — p. 19

- Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) — p. 92

Lélia Gonzalez — pp. 6, 12, 42, 51, 57, 65-66, 67-68, 80

Letramento Indígena — pp. 66-67, 68-69

Lugar de Fala — pp. 15, 67-68, 69-70

M

Maria Aparecida Silva Bento (Cida Bento) — pp. 6, 12, 19, 21-22
• Pacto Narcísico da Branquitude — pp. 12, 22
Michel Foucault — pp. 6, 10, 13, 16, 68-69, 70-71, 83, 89
• Poder Disciplinar / Microfísica do Poder — pp. 68-69, 70-71
Monocultura do Saber / Monocultura — pp. 4, 23, 32, 35, 49, 53, 56, 61
Multiculturalismo — pp. 69-71, 71-72
• Assimilacionista / Diferencialista / Interacionista — pp. 70, 71-72

N

Nancy Fraser — pp. 74-75, 76
Necropolítica — pp. 8, 10, 15, 16, 71-72, 73-74, 81
Negritude — pp. 61, 72-73, 74-75
Nêgo Bispo (ver Antonio Bispo dos Santos) — pp. 6, 23-24
Néstor García Canclini — pp. 46, 70

P

Patricia Hill Collins — pp. 36-37, 68
Paulo Freire — pp. 4, 6, 15, 36-37
Pedagogia Queer — pp. 6, 13, 15, 60, 73-74, 75-76
Pierre Bourdieu — pp. 92-93
Pluriverso / Pluriversalismo — p. 91
Políticas de Redistribuição — pp. 74-75, 76-77
Políticas de Reconhecimento — p. 74
Políticas Públicas para as Relações Étnico-Raciais — pp. 75-76, 77-78
Pretuguês — pp. 12, 65

Q

Quilombismo — pp. 12, 17-18

R

Raça (Conceito Sociológico vs. Biológico) — pp. 24, 28, 39, 76-77, 78-79
Racismo — pp. 5, 10, 22, 28, 51, 78-79, 79-80
Racismo Estrutural — pp. 10, 12, 17, 54, 57, 76, 79-80, 80-81
Racismo Institucional — pp. 14, 22, 78
Racismo Individual — p. 78
Racismo de Estado — pp. 87-88
Relações de Gênero — pp. 8, 11, 50, 80-81, 82-83, 92
Relativismo Cultural — pp. 81-82, 83-84

S

Sexualidade — pp. 6, 39, 49-50, 82-83, 84-85, 89
Silvio Luiz de Almeida — pp. 72, 78, 79-80
Sororidade — pp. 84-85, 85-86
Stuart Hall — pp. 6, 26, 47, 48, 71, 77
Subalternidade / Subalterno — pp. 12, 85-86, 86-87
Sueli Carneiro — pp. 6, 12, 36, 67, 68, 86-87, 87-88

T

- Tanatopolítica — **pp. 10-11, 87-88, 88-89**
Teatro Experimental do Negro (TEN) — **pp. 17, 72**
Teoria Queer — **pp. 11, 13, 20, 34, 59, 69, 73, 88-89, 89-90, 100**
Território / Territorialidades (Amazônia / Tomé-Açu) — **pp. 4, 5, 8, 10, 95, 100-101**
Tradução Intercultural — **pp. 15, 61, 89-90, 90-91**
Transgeneridade / Transfobia — **pp. 21, 45, 80-81**

U

- Universalismo (Monocultural vs. Pluriversal) — **pp. 53, 90-92, 92-93**

V

- Vera Maria Candau — **pp. 6, 9, 11-12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 70, 75, 81, 82, 85, 90, 91, 92**
Violência (Dominação Simbólica e de Gênero) — **pp. 92-93, 93-94**
Visvanathan, Shiv — **pp. 60-61**



9786583199867 ISBN 978-65-83199-86-7

